Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela
Realizada no dia 15 de dezembro de 2022
Ata N.º 14

No dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e quarenta minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027

PONTO TRÊS – Mapa de Pessoal para o ano de 2023 e Revisão ao Regulamento Interno de descrição de Funções e Tarefas

PONTO QUATRO – Doação a Domínio Público do Município do prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o nº 8454/20220912, da Freguesia de Pinhal Novo

PONTO CINCO – Revisão do regulamento da Rede de Bibliotecas Públicas do Município de Palmela

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. José Carlos Matias de Sousa, pela Primeira Secretária, Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa e pela Segunda Secretária, Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho;
- Sr. Carlos Jorge Antunes de Almeida;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;

- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Paulo Jorge da Cruz dos Santos;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa;
- Sr. Carlos Augusto Garcias Valente;
- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Rui Miguel Valente;
- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.
Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Andreia Sofia Dias Bento;
- Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS)

- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP)

- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia.

Por parte do Partido (CHEGA)

- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sr. Vereador Luis Miguel Reizinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Vereador Raúl Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Carlos Manuel Barateiro de Sousa;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Andreia Sofia Dias Bento da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Alexandra Pereira Costa,** que se encontra presente.
- **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de ordem pessoal, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires,** que se encontra presente.
- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU, Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Nuno Miguel dos Santos Passos** secretário do executivo.
- **Sr. Jorge Manuel Cândido Mares do PS, Presidente da Junta de Freguesia de Palmela,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Helena Maria Braz de Almeida Matos Gaspar** secretária da Junta.
- **Sr. Pedro Miguel Paula Biu do PS,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Cláudia Alexandra Carvalho Sebastião dos Santos Ferro,** que se encontra presente.
- **Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia do MCCP,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Diamantino de Sousa Pereira,** que se encontra presente.
- **Sr. Pedro Miguel Duarte Barão do CH,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Valter José Malveiro Ferreira,** que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros a **Sra. Mónica Alexandra Pereira Costa, Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires da CDU, a Sra. Claudia Alexandra Carvalho Sebastião dos Santos Ferro do PS, o Sr. Diamantino de Sousa Pereira do MCCP, o Sr. Valter José Malveiro Ferreira do CH,** que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Uma boa noite a todos e todas, queria cumprimentar-vos, agradecer a vossa presença, cumprimentando também quem assiste em casa, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, caríssimos membros da Assembleia Municipal de Palmela, público aqui presente, Srs. jornalistas, técnicos do município em exercício de funções hoje aqui durante esta Assembleia Municipal, um cumprimento a todos e todas e votos de boas festas antes de mais.

Trata-se de uma Assembleia Municipal ordinária por isso, teremos antes dos pontos da ordem de trabalhos que temos agendados o período do público e depois o período de antes da ordem do dia e só depois entramos na no período da ordem de trabalhos em que temos, diria eu como ponto principal, se o posso denominar assim, é a aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023/2027.

Público é este vosso período, os Srs. munícipes que estão presentes se quiserem usar da palavra, faz favor de se inscreverem.

Período de Intervenção dos Munícipes

Não havendo intervenções, O **Sr. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Chegou-nos uma moção, enfim para quem está em casa que tem menos acesso às movimentações aqui na sala, portanto, há esta, é uma segunda moção, peço desculpa, mas não vou aceitar, as moções são entregues toda a gente sabe com quarenta e oito horas de antecedência e, portanto, não temos possibilidade e estamos numa assembleia em que eu solicitei a todos os grupos que não apresentassem moções, propostas, requerimentos, etc. etc. os requerimentos podem ser apresentados, não são discutidos aqui e, portanto, vamos discutir peço desculpa, fica para a próxima."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Gravação não audivel, não falou para o micro."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Tânia, isto foi dito, quer na última sessão - penso que a senhora já estava, foi no fim da sessão que eu disse isto e foi ouvido por todos. Todavia, eu tenho uma moção e vamos discutir esta moção, que é, a de "*Investir no Serviço Nacional de Saúde*". Vamos perceber uma coisa, eu podia colocar a moção à aceitação da entrada na mesa, não o vou fazer. Vou aceitar esta moção de entrada na mesa linearmente, sem problema absolutamente nenhum como sempre o fiz, agora parece-me deselegante para não dizer outra coisa que tínhamos duas moções do Bloco de Esquerda, a segunda sobre um outro assunto que, enfim, em janeiro estaremos cá possivelmente e trataremos desta base.

Caríssima Tânia Ramos faz favor para a apresentação da moção, "*Investir no Serviço Nacional de Saúde*."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito boa noite, senhor Presidente cumprimento, todos os restantes em seu nome, só em minha defesa relativamente a ser deselegante, realmente foi um erro meu, ficou o email desta moção nos rascunhos, eu achava que tinha enviado para a nossa queridíssima Ana Paula, não enviei de propósito, não é entregue de propósito agora, contava que já tivesse enviado, mas, como disse quarenta e oito horas antes ficou nos rascunhos só seguiu a outra, claro lapso foi meu, mas, em relativamente a ser deselegante, não é o caso, porque não fiz propositadamente."

Moção BE "*Investir no SNS*"

Tomou a palavra a **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos,** para apresentar a moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem:

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Quem quer intervir sobre esta moção?

Muito bem duas inscrições, João Pedro Ricardo CDU faz favor."

O **Sr. João Pedro Ricardo da CDU:**

"Boa noite, Sr. Presidente na sua pessoa cumprimento todos os presentes, comunicação social, público e todos os munícipes que estejam em casa.

Em primeiro lugar queria realçar o trabalho feito nestes dias pelos Presidentes das Câmaras de Sesimbra, Setúbal e Palmela que no seu papel de representatividade das populações tiveram papel fundamental e iremos junto do ministro para que pelo menos não se volte a repetir o que se repetiu numa semana das urgências pediátricas fechadas, quando todos sabemos o que aquelas urgências tratam de miúdos, eu tenho filhos dessa idade e nesta altura do ano é muito complicado. Não foi um fim de semana, não foi uma noite, foi uma semana inteira sete dias, e estes Presidentes de Câmara, justamente tudo fizeram para que isto não volte a acontecer agora no Hospital de Setúbal, este ou outros serviços que agora foi a pediatria quem sabe de hoje para amanhã pode ser obstetrícia, pode ser outro serviço qualquer o que é certo é que os nossos representantes têm reunido regularmente, desde conhecer utentes, profissionais julgo que terça-feira haverá uma reunião com o ministro e vamos ver o que é que sairá daí, esperemos que não seja, como se diz na gíria muita parra e pouca uva, porque o que é certo é que estes problemas resolvem-se, não com medidas avulsas estes problemas, tanto no Serviço Nacional de Saúde, como noutros setores, infelizmente, só sobem com medidas globais de forma a que estes profissionais nestes setores sejam devidamente valorizados, que haja carreiras devidamente valorizadas e que se invista realmente em Centros de Saúde, nos hospitais que não haja o que acontece hoje em dia.

Por tudo isto, nós vamos votar a favor da moção do Bloco de Esquerda, mas com esperança que tenhamos uns tempos melhores para um futuro melhor.

Tenho dito."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Paulo Jorge, Partido Socialista."

O **Sr. Paulo Jorge Santos do PS:**

"Boa noite, Sr. Presidente, boa noite a todos os presentes e lá em casa.

Em relação aqui à moção do Bloco de Esquerda, refere aqui que o serviço de Pediatria do Hospital de Setúbal esteve encerrado durante uma semana, é certo que no Hospital de Setúbal, este serviço nunca foi encerrado, apesar de todas as outras especialidades à noite e ao fim de semana nunca as tivemos, neste caso a Pediatria sempre a tivemos, neste momento, foi este departamento encerrado e parece que se está a tornar moda, apesar de uma senhora médica ter vindo a comunicação social dizer que o problema não é falta de médicos, nem é falta de dinheiro, é falta de condições de trabalho, não conseguiu foi explicar que falta de condições de trabalho se trataria.

Mas também sabemos que e pelo que parece que no que nos é transmitido todos os dias na comunicação social é que efetivamente há uma falta de algumas especialidades na medicina, nomeadamente na Pediatria e que também ficámos a saber numa entrevista com o senhor bastonário da Ordem dos Médicos que é a Ordem dos Médicos que ainda dá a autorização para que os médicos se especializem e não tem dado assim tantas parece que agora já veio dizer que, afinal, já vão abrir mais vagas para essas especialidades.

Em relação aqui à construção ou ampliação do Hospital de Setúbal, sabemos que está prevista e que é um assunto que está a ser tratado, não foi já tratado também, sabem porquê, porque uma parte do é preciso retirar dali dezenas de moradias, o que também não é fácil e, portanto, não concordamos com o que vem aqui nesta moção que o Ministério da Saúde não está a dar uma resposta e, portanto, vamos votar contra ou eu vou votar contra obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais intervenções?

Sr. Presidente da Junta de Quinta do Anjo, se faz favor."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes, Srs. jornalistas, técnicos em funções, aqueles que nos escutam e veem em casa.

Sobre esta moção duas pequenas notas, efetivamente para além de serviços de Pediatria, Ortopedia, Traumatologia, Obstetrícia tiveram efetivamente encerrados, porque foi comunicado diretamente pelo "*CODU - Centros de Orientação de Doentes Urgentes*" essa interrupção de serviços. Em relação às boas vontades e más vontades do Serviço Nacional de Saúde e de quem o dirige duas notas, acho que era importante que esta moção refletisse aquilo que já foi dito pelo meu camarada de bancada, que onde se coloca "*protestos e reivindica*" devia de ser "*e reivindicações de funcionários, população e autarcas*", portanto, pedia que pudessem considerada essa alteração para que ficasse registado o trabalho que tem sido feito também por todos os autarcas até tem que ser uma questão de serviço público, tem que ser uma questão que tem que ser consequente o discurso com a prática. Efetivamente não podemos estar a aguardar que hajam decisões que nos encaminham para o privado quando não temos condições de lá "*ceder*", como diz a proposta, mas também não pode haver condições de não ouvir as populações, não ouvir e adiar investimentos quando eles já estão preconizados inclusive no Plano Nacional de Saúde ou inclusive no orçamento que foi agora aprovado, portanto, pedia também à redatora da moção que se pudesse considerar essas alterações seria eu acho que de imensas justiça ao trabalho que tem sido feito pelos autarcas, quer na defesa das condições no Hospital São Bernardo e no Centro Hospitalar de Setúbal, mas também na reivindicação para os Centros de Saúde e para o pessoal hospitalar que é preciso nos vários sítios do nosso concelho."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Eu também tenho aqui, mas, são coisas de linguagem, por assim dizer, para se alterar, mas não influencia em nada, a proposta ou moção.

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda faz favor."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito obrigada.

Respondendo aqui ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, e percebo a vossa intenção compreendo, no entanto, isto é uma moção em que o título diz "*Investir no Serviço Nacional de Saúde*", em que diz que são conhecidos os problemas, em que se referem os problemas, e estes problemas são acompanhados de protestos de funcionários e população, população somos todos nós, eu entendo e a mim não me faz sentido estar aqui especificar autarcas, porque é óbvio e para mim faz todo o sentido que os autarcas defendam os interesses das populações, logo, obviamente que os autarcas e todos aqueles que têm poder de decisão e que são tocados por esta questão do Centro Hospitalar de Setúbal estão descontentes e defendem que deve de haver um investimento no Centro Hospitalar de Setúbal e no Hospital de São Bernardo.

Colocar aqui os autarcas, tinha de colocar aqui os bombeiros, tinha de colocar aqui as associações, todos aqueles que também lutam e que também precisam de que Setúbal e o Serviço Nacional de Saúde desta região seja melhorado.

Disse, muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Ana Teresa Vicente da CDU."

A **Sra. Ana Teresa Vicente da CDU:**

"Obrigada senhor Presidente, peço desculpa pelo atraso, boa noite a todos, Srs. membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. jornalistas, público que nos acompanha.

Sobre esta questão eu gostava de, enfim, não só acompanhar esta proposta que foi feita pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, mas dizer à nossa colega de Assembleia Municipal do Bloco de Esquerda que, de facto, não é a mesma coisa, julgo que a sua argumentação, enfim, é possível ser usada, mas não é uma resposta, à questão que foi colocada e eu gostava de sublinhar isto.

Em primeiríssima mão, os médicos, responsáveis do Hospital de Setúbal fizeram, aliás, no âmbito das funções desta Assembleia, nós recebemo-los, reunimos com eles, tomaram iniciativas quando entenderam que estava em causa efetivamente a boa prossecução do objetivo, do fim do hospital que é prestar cuidados de saúde às populações em condições técnicas científicas, tecnológicas, de segurança, uma das primeiras medidas que tomaram sem prejuízo, naturalmente tudo aquilo que fizeram junto da respetiva tutela, uma das medidas que tomaram foi exatamente pedir reuniões aos autarcas da região e nós aqui nesta assembleia recebemo-los nessa condição, pensando exatamente que a função dos autarcas é defender de viva voz, sublinhar em todos os espaços em que têm assento as necessidades das suas populações e, portanto, eu não acho que seja um argumento diluir o papel e a função que os autarcas têm nesta luta no conjunto muito meritório do trabalho, dos esforços, das lutas, e das reivindicações das populações, portanto, repito, acho que só acrescentar à luta o papel e a obrigação que os autarcas têm de ter neste assunto.

Era só isto."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Alguma intervenção mais? Não?

Tânia, daquilo que percebi não há alterações à moção, portanto, é isto que temos que votar sem as notas que o António mestre queria introduzir e que a Ana Teresa Vicente, tentou de alguma forma consubstanciar e, portanto, votamos."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e um votos a favor (onze da CDU, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, e dois do CH e um do BE) e nove votos contra do PS.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Continuamos no período antes da ordem do dia, intervenções? Intervenções dos membros da Assembleia, se assim entenderem.

Alguma intervenção neste período?

Muito bem, Tânia Ramos faz favor, Bloco de Esquerda.

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Mais uma vez obrigada, Sr. Presidente.

Eu tenho aqui uma questão sobe à relativamente pouco tempo que foi entregue uma petição ao Sr. Presidente da Câmara por umas alunas da Escola Secundária de Palmela relativamente a um assunto sobre cartões escolares e conta pré paga. Os cartões escolares eram possíveis de serem carregados na papelaria da escola sem qualquer requisição de dinheiro, no entanto, houve uma atualização e já não é possível fazê-lo de forma habitual, o que aconteceu é que este sistema faz com que seja unicamente possível carregar via online através de um Banking, Mb Way, Pay Shop, ou por Multibanco e também existe um valor mínimo de carregamento que é quinze euros, enfim, a petição é conhecida porque esteve disponível na comunicação social e aquilo que o Bloco de Esquerda gostaria de perguntar ao Sr. Presidente é, o que é que pretende fazer perante a petição destes alunos, e que, não é só destes alunos, mas é, com certeza, todos aqueles que utilizam estes cartões pré-pagos e que se vêm agora a braços com a dificuldade de utilização do mesmo e o carregamento mesmo.

Pedimos então um esclarecimento ao Sr. Presidente sobre esta questão e o que é que pensa fazer para resolver este problema.

Disse, muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Teresa Marta Joaquim, PPD/PSD."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD:**

"Boa noite a todos, permita-me por favor, Sr. Presidente cumprimentar todos sem exceção em seu nome.

Ora bem, as questões são breves e são três, portanto, serei rápida. As cheias e as inundações que felizmente aqui concretamente na nossa região foram intensas, mas não provocaram os danos materiais e até pessoais de outras zonas do país felizmente, mas vieram realmente confirmar aquilo que nós temos vindo a dizer que as ruas, Pinhal Novo e freguesia de Pinhal Novo na parte que me toca visto que é a que eu conheço melhor esta freguesia, estão efetivamente sujas a falta de limpeza, neste momento, ficou completamente visível quando

foram as enxurradas, havia lixo a boiar nas bermas das estradas é completamente inadmissível, desculpem lá já trouxemos isto várias vezes e parece que estamos sempre a falar da mesma coisa e nunca nada é efetivamente feito no concreto.

A estrada entre Pinhal Novo e Poceirão e, sobretudo o troço onde depois conseguimos virar para a Venda do Alcaide junto ao Clube Desportivo está, e continua uma lástima, esta fase agora das chuvadas claro que veio provocar ainda mais buracos a estrada já tinha buracos, já tinha remendos, já tem bermas baixas e com falta de asfalto nas próprias bermas esta estrada está efetivamente a ficar muito difícil de fazer, digamos assim, de utilizar.

Chamo também a atenção para a quantidade de cada vez maior de pesados que, ao invés de utilizarem o parque para o efeito, desta vez começaram a estacionar cada vez mais na urbanização, Vale Flores, tem havido alguma informação de moradores que compraram recentemente casa na urbanização e que efetivamente, não que estes motoristas que passam a noite ou não, nos seus camiões de trabalho possam constituir uma ameaça pública, não se trata disso, mas efetivamente é desagradável que havendo um parque estes automóveis pesados, estes veículos pesados e, neste momento já em grande quantidade pernoitem nesta urbanização que está a nascer em Pinhal Novo.

Disse três, mas vou dizer só mais uma muito rápida, que é e isso é preocupante e creio que nos deve preocupar a todos numa altura em que todos procuramos um planeta mais verde e que se fala tanto da ecologia a todos os níveis, que Pinhal Novo, nomeadamente a freguesia de Pinhal Novo, todos os espaços que vão sendo construídos, não há um espaço que seja construído como espaço verde e natural ou seja, é cada vez mais betão, são cada vez mais parques de estacionamento e não há hipótese alguma ou pelo menos até agora, não tem havido de nós fazermos um equilíbrio entre aquilo que é construção de cimento armado e espaços verdes, onde efetivamente as pessoas possam ter lugar para praticar desporto ao ar livre, para simplesmente fazer um piquenique, para simplesmente passear, seja o que for, este último ponto, especialmente, deixa-me todos os outros sim, mas este tendo em conta que todos nós ou a maioria de nós também estão a criar filhos, deixa-me especialmente triste, desconfortável, e perceber que esta freguesia não está a cuidar de si própria em termos de e não tem quem cuide dela em termos de equilíbrio entre os espaços verdes e aquilo que é a construção imobiliária da zona:

Muito obrigada, tenho dito."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Patricia Caixinha, Partido Socialista."

A **Sra. Patricia Caixinha do PS**:

"Obrigada Sr. Presidente, boa noite na sua pessoa permita-me cumprimentar as secretárias da mesa cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, as Sras. e os Srs. Vereadores, caras e caros membros da Assembleia, cumprimentar também os técnicos da autarquia aqui presentes, o público, a comunicação social e quem nos acompanha online.

Eu trago aqui duas questões, uma delas é uma situação em Aires, na Rua Nova que atravessa a Rua dos Fundadores do Airense e vai ligar à Rua de Aljubarrota. Vivemos esta semana dias atípicos por causa das intempéries, mas esta situação que trago decorre, do facto de os sumidouros estarem colocados numa cota mais alta do que deveriam e, por isso é que a água em vez de escoar, vai ficando concentrada na superfície, criando um lençol de água que é bastante perigoso, gostaríamos de questionar o Sr. Presidente, se a Câmara tem conhecimento desta situação e quais são as medidas que vão ser tomadas ou se já estão a ser tomadas para a resolver.

A segunda questão que trago, tem a ver com o desagrado da população da zona sobre o que é que se passa com o parque infantil na Praceta Firmino Camolas na vila de Palmela, ele foi demolido e até ao momento, não está nenhuma obra a decorrer e, portanto, era para questionar o que se passa sobre este tema.

Disse obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais uma intervenção neste período?

Carlos Vitorino, PPD/PSD."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Muito boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal na sua pessoa cumprimento todos os presentes nesta sessão.

Também muito rapidamente, chegaram-nos preocupações dos moradores também da zona rural de Palmela, nomeadamente ali da zona Rua Monte das Serralheiras, sobre, de facto o estado intransitável em que a estrada já se encontrava, portanto, com esta situação de intempérie que ainda se se agravou.

Também havia queixas no caminho da PALSER à Serralheira, sei que na Rua do Agricultor também houve derrocadas e sei também que já começaram também a haver intervenções, agora era para saber o ponto da situação destas intervenções e destas reparações, sendo certo que, as intempéries agravam a verdade é que, quando as coisas já vêm degradadas de trás, a tendência é sempre a piorar e, de facto, é isso que se verifica e, neste momento as pessoas gostavam de saber o ponto da situação e a evolução das reparações.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Uma última intervenção, Ricardo Oliveira, peço desculpa, CDU faz favor."

O **Sr. Ricardo Oliveira da CDU:**

"Boa noite a todos os presentes queria cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa todos os presentes Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, também cumprimentar os restantes membros da Assembleia Municipal, público em geral, comunicação social, trabalhadores do município.

Tinha aqui três questões que gostaria de colocar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e duas delas tem a ver diretamente com a escola José Maria dos Santos no Pinhal Novo, portanto, em contacto com funcionários e professores da escola ao longo deste primeiro período, é notório a falta de assistentes operacionais para todas as tarefas que a escola, neste momento proporciona e, neste momento, a questão que eu gostava de colocar era se está previsto o reforço do número de assistentes operacionais na escola, por vista a colmatar mesmo, por exemplo, baixas de longa duração, esse tipo de situações que realmente impedem que haja um número suficiente ou pelo menos adequado para todas as necessidades que a escola tem.

Uma outra questão que também tem a ver com a escola, em frente à escola existe uma passadeira elevada, portanto, com uma lomba e que dá para o passeio que dá para os prédios e esse passeio, normalmente é utilizado como estacionamento, portanto, particularmente nas entradas e nas saídas de alunos da escola e a questão que eu coloco era se seria possível ou aconselhável, por exemplo, a colocação de alguns pinos daquele se amarelos e pretos, por exemplo, que impeçam que realmente os carros estacionem em cima do passeio e que impeçam que realmente o atravessamento na passadeira seja, o mais adequado.

Uma última questão a propósito dos transportes e da das novas rotas que existem na Carris Metropolitana, existe a colocação de um conjunto novo de várias paragens e a questão que eu gostava de colocar era se está previsto também o reforço dos resguardos, particularmente nestas alturas de intempérie, por exemplo, para a

população escolar que que se desloca, por exemplo, das zonas mais rurais do Pinhal Novo para as escolas do Pinhal Novo se está previsto o reforço do número de resguardos e disse, muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Ficamos por aqui, Sr. Presidente de Câmara faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado.

Boa noite a todas e a todos, Sr. Presidente da mesa, restantes membros, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, público que nos acompanha aqui presencialmente e à distância, comunicação social saudações fraternas.

Agradeço as questões colocadas relativamente à questão apresentada pela Sra. membro do Bloco de Esquerda sobre a petição do cartão escolar, convém, desde logo fazer aqui um enquadramento. Esta plataforma "Siga" já existe há muitos anos no município, no pré-escolar e no 1º ciclo e nunca se levantaram questões desta natureza. A plataforma até por uma questão relacionada com a transferência das novas competências e a necessidade de ser os municípios a assegurar as refeições escolares para o 2º, 3º ciclo e para o secundário e por acordo com as direções das escolas levou a que houvesse aqui uma uniformização do sistema com um upgrade com sistema mais atual que era aquilo que o município já utilizava no âmbito da plataforma também ligada à "*Edubox"*.

Isto foi até de certa forma até reclamado pelas próprias direções das escolas, porque tinham um outro tipo de cartões para pagamentos de coisas avulso na papelaria, também para as refeições, um sistema completamente diferente e com efeito houve a opção pela generalização deste sistema que não fazia sentido ser de outra forma até porque o município passa a ter responsabilidades com esta transferência de competências também nesses ciclos de ensino e passámos a utilizar então a mesma plataforma e até com um conjunto de facilidades de carregamento pagamento muito mais alargado.

Depois uma primeira nota para dizer que há mais de oitenta municípios que utilizam precisamente a mesma plataforma e que a conta pré-paga escolar também convém esclarecer ao contrário do que, às vezes se diz e se fala sobre o assunto, o valor é sempre de utilizador, é evidente se o quiser resgatar no final, há ali uma taxa, há um conjunto de taxas associadas que não estão a ser aplicadas aos utilizadores é o município que está a pagar o valor de cada transação independentemente do valor da transação, o que é uma despesa elevadíssima.

Naturalmente o município à semelhança dos outros e devo dizer-vos, basta olhar aqui à volta do nosso concelho de outras câmaras e de outras cores políticas até tem valores mínimos de carregamento inferiores a outras câmaras, teve essa preocupação, mas, naturalmente é uma experiência que estamos disponíveis para avaliar, mas ainda é cedo para chegar a essa conclusão desde logo, porque nunca tivemos uma única reclamação sobre o assunto, até ao dia em que nos apresentaram na reunião de câmara uma observação sobre o assunto e depois com uma petição umas semanas depois.

Dizer ainda que, quando se fala das questões sociais, o valor mínimo de carregamento etc. precisamente por isso, os alunos do escalão "A" e do escalão "B" têm um carregamento mínimo de cinco euros, a generalidade dos outros alunos que não têm escalão, têm um carregamento mínimo de quinze euros, nós fizemos também o estudo de contexto e de caso específico temos estado a analisar as possibilidades já fizemos contactos com a gestão da plataforma com as entidades bancárias vai ser difícil alterar o sistema durante este ano letivo, estamos disponíveis para reequacionar a questão dos valores mínimos, mas, neste momento ainda estamos a estudar a possibilidade de operacionalização e as respostas da mudança a meio agora do ano ainda não nos criou aqui a oportunidade "de" portanto, a petição entrou, foi analisada e até serviu para conhecermos melhor como funciona, noutros sítios, porque isto obriga-nos depois a ir à procura de uma série de outras coisas e haveremos de responder com a decisão que for possível tomar, mas é preciso também desdramatizar aqui algumas questões de uma maneira geral, os encarregados de educação controlam, melhor as atividades financeiras dos

seus alunos, não há dinheiro a circular nas escolas, têm e inclusivamente isto contribui para combater questões de insegurança, muitas vezes que se passa a porta de estabelecimentos de ensino e lá dentro também, simplifica porque os carregamentos podem ser feitos a qualquer hora, quando, e onde quiser, que é diferente estar à espera que a papelaria da escola estivesse aberta, não é, porque eu também tenho reclamações inversas, eu também sou encarregado de educação e também vive outras coisas, e também lhe quero dizer que, de facto não me parece a não ser se calhar para outras questões quotidianas, que eu percebo que dantes compravam uma coisinha na papelaria por um euro ou dois, e agora têm que carregar aquele valor mínimo etc. eu percebo que isto para alguns casos muito específicos possa criar aqui algum constrangimento, mas quero dizer-vos que o balanço é extremamente positivo mesmo no início quando a plataforma teve problemas com os códigos e com o carregamento, enfim, ainda uns milhares de pessoas etc., tudo isso foi ultrapassado, ninguém deixou de comer na escola ou de fazer, enfim, aquilo que precisava de beneficiar na escola por causa do cartão estar ou não estar a funcionar e, portanto, os encarregados de educação tiveram possibilidade à posteriori de regularizar os seus pagamentos na plataforma junto do município e, portanto, estamos a procurar rever o valor mínimo geral, porque o outro é o valor mínimo dos mínimos, porque estar a pagar taxas sobre transações muito pequenas é insustentável, acho que estamos só a alimentar os sistemas e a banca e, ao contrário de outros não metemos essas taxas do lado do utilizador.

Haveremos de responder, aliás, Sra. Vereadora já tem uma proposta de resposta que queria ainda ver comigo, amanhã teremos também reunião da Comissão de Acompanhamento da Descentralização estaremos com os diretores das escolas também trocaremos opiniões sobre isto, antes de enviar a resposta aos peticionários que felicito pela forma cívica como participaram e como expuseram o problema e que nos permite também fazer estes esclarecimentos.

Sra. membro do PSD, lixo a boiar quando a água nas ruas, eu não sei, se há algum sítio do mundo, onde isso não aconteça, agora se quer dizer com isso que havia lixo na rua, o lixo até pode ter sido com o vento etc. etc. arrastado estar a querer generalizar que há problemas de lixo no concelho, eu aconselho a analisar melhor isso diariamente, nós temos tido melhor frequência de recolha, temos tido mais toneladas de recolha, os atrasos são escassos e muito pontuais e é normal quando à enxurradas, que até, questões que vêm das casas dos particulares, de quintais, de terrenos por limpar, etc. etc. é normal que tudo venha para a via pública.

Estradas com buracos, etc. etc., naturalmente, as intempéries provocam desgaste, provocam descompactação, provocam abatimentos e estamos no terreno todos os dias, todos os dias, e quem está no concelho vinte e quatro horas por dia, pode observar que os nossos trabalhadores não param na correção dessas situações e quanto a repavimentações se aprovar o orçamento vai ver que são vinte e cinco novas pavimentações e é quase oitocentos mil euros de repavimentações, portanto, aprove orçamento e a gente até vai fazer mais estradas e mais pavimentações.

A questão dos pesados, naturalmente, é uma questão não só de fiscalização, o parque está melhor ordenado, o parque é gratuito, o parque tem vigilância vinte e quatro horas por dia, um investimento municipal para levar os senhores camionistas a saberem que podem deixar lá o carro em segurança, podem, às vezes abastecer-se de água gratuitamente que podem ter ali quem vigia sua mercadoria, é evidente que a GNR procura disciplinar algumas situações, nós também estamos neste momento, também tenho que dizer isto, a elaborar um novo regulamento de estacionamento, sinalização e trânsito do concelho, que há-de estar em discussão pública, é um regulamento que visa até no âmbito daquelas competenciazitas que há um as multas pequeninas que a GNR faz de estacionamento que uma percentagem é para a câmara que nos vai permitir atualizar algumas medidas e também enquadrar legalmente as zonas onde efetivamente é proibido estacionar os pesados, mas digo-lhe mesmo sem esse regulamento, neste momento, basta utilizar o Código da Estrada, há camiões estacionados em zonas de parqueamento que tem lá marcado parque de ligeiros, toda a gente percebe que é uma infração, portanto, há zonas residenciais que têm camiões ocupar de oito a dez lugares de viaturas ligeiras, que habitualmente são parqueamentos de serviço ao comércio de proximidade e às pessoas que ali residem, nós nos parques que vamos construindo, temos criado inibidores de circulação e sinalização específica para que esses camiões não entrem lá, mas, no outro espaço público vem de outros tempos e que tem outras regras, de facto, não é fácil. A GNR a será levada a fazer o seu papel de fiscalização e de cominação se for caso disso, da nossa parte, estamos a procurar desenvolver este novo regulamento para ser ainda mais claro e também para que as contraordenações tenham um valor efetivamente dissuasor, porque aquelas que existem para esses efeitos não são nada dissuasoras às vezes é mais barato do que, do que pagar estacionamento.

Sra. membro da Assembleia, Patrícia Caixinha, Aires, Rua Nova, Rua Fundadores, problemas de drenagem de eventualmente de haver sumidouros enfim, vão ficando mais altos até com alguns abatimentos em redor, não temos conhecimento quando assim é, agradeço a sua nota vou mandar para os nossos serviços para avaliarem, quando assim é, sejam os municípios ou outros, haveremos de ir ao local, agora há outras prioridades que é aquilo que andamos a fazer que é recuperar a rede viária municipal e, às vezes, com simples colocação de massas betuminosas com uma determinada inclinação com alguns rasgos, ou quando é necessário baixar a estrutura de betão do próprio sumidouro faremos essas correções, fazemos, se calhar, uma centena ou mais por ano, mas fica essa sinalizada, vamos procurar conhecer melhor o problema e ver quando é que podemos intervir.

Sra. Vereadora tome nota disto se faz favor.

A JR da Praceta Firmino Camolas, de facto, foi desmontado, avançámos e foi público para a elaboração de um projeto ao exterior hoje é obrigatório projetos com várias especialidades para os novos espaços de jogo e recreio dantes não era, o projeto foi elaborado, mas tinha uma série de insuficiências, mandámos o projeto para trás, temos tido aí alguns desaguisados com a projetista, mas penso que já estão ultrapassados, como sabe, até tínhamos dinheiro em orçamento "*para*", já reprogramámos temos para o próximo ano, qualquer procedimento vai obrigar a recolocá-lo no próximo ano e este, ao contrário de outros e vai ver aqui na nossa informação só nestes últimos meses, montámos seis novos equipamentos de espaço de jogo e recreio não é apenas montar o equipamento, é superfícies de impacto, a drenagem de águas, ou seja, naquele local a zona de vedação, de bancos, de drenagem das águas da chuva etc, obrigou ali um projeto até de outras especialidades, lá está os desaguisados com o projetista tem que ver um bocadinho isso é que trabalhou só uma componente e não leu o que estava no caderno de encargos que tinha de trabalhar outra componente, isso provocou um atraso na empreitada, nós colocámos lá a placa, só faltou meter a adjudicação e o valor, mas não podemos avançar com a empreitada, porque, de facto, o projeto não estava em conformidade, esperamos no início do próximo ano ter o concurso lançado e passarmos para a obra.

Carlos Vitorino, Rua das Serralheiras e outras, poder-me-á dizer; "*ah! já estava antes das intempéries*", naturalmente, assim que começa o inverno, nós começamos a fazer, no caso de Palmela é a Câmara que faz o tratamento dos caminhos e aceiros, mas, naturalmente, quando estamos num lado não conseguimos estar noutro e depois quando vem estes episódios críticos têm, de facto acentuada, rasgos, há problemas, há zonas que não têm qualquer drenagem, porque os proprietários dos terrenos também bloqueiam a passagem das águas para os seus terrenos, cortam linhas de águas, alguns nem deixam fazer manilhamentos e atravessamento hidráulicos, tudo isto se torna muito mais complicado, eu conheço bem a estrada, sei também dos pedidos e das reclamações, o nosso encarregado da rede viária tem isso no seu plano de trabalho, só que, como deve calcular, não foi só esta última semana as últimas duas/três semanas, andamos um pouco aí a tentar correr atrás de algumas situações muito críticas que, essas sim, podem pôr em causa até a circulação das viaturas e fazer perigar pela segurança das pessoas, mas lá estaremos assim que for possível, aliás, mesmo hoje, tomei nota que, até para reforçar meios que alugámos ao exterior de niveladores etc. já não vamos é tempo de comprar mais touvenant, porque a empreitada do ano já esgotou e está a terminar-se, mas já estamos a preparar novos procedimentos.

Ricardo Oliveira, Escola José Maria dos Santos assistentes operacionais, os assistentes operacionais colocados na escola correspondem a rácio legal e àquela que foi transferida do Ministério da Educação, o município para as assistentes operacionais que se reformam, que vão para outros serviços etc. etc. na sua bolsa de recrutamento tem colmatado a ausência de algum assistente operacional. Para o caso das baixas prolongadas o que não está contratualizado com o Ministério da Educação, mas que nós estamos a tentar fazer porque nós aqui não compramos trabalho precário, não fazemos desses contratos, e por isso, temos que fazer um novo procedimento para contratos a termo certo que é para substituir, porque sabemos que a pessoa vai estar nove meses de baixa, ou que está não sei quê e, portanto, é diferente dos outros contratos e bolsa que temos que vai logo automaticamente para a escola que estão para integrar o mapa de pessoal depois do município, e temos monitorizado isto quase ao dia, e amanhã é dia de voltarmos a reunir com as direções das escolas e com o senhor delegado regional com quem fazemos a avaliação periódica destas questões, porque há a necessidade também de alguns reforços financeiros e não só por parte do ministério.

A passadeira, vamos analisar, de facto, há situações de passadeiras que vão dar a lugar de estacionamento o que é preferível, é duro, mas vai ter que ser, eliminar o lugar de estacionamento.

A questão do reforço dos abrigos, foram feitos, fizemos um grande investimento e há-de verificar até abrigos novos, mais modernos, fizemos um grande investimento, naturalmente é impossível ter abrigos em todas as paragens, impossível em qualquer parte do mundo, não conheço, ainda por cima quando nós queremos muitas paragens e temos um concelho com novecentos e cinquenta e sete quilómetros de caminhos públicos, e temo-las espalhadas por todo o lado, onde é que priorizamos a colocação, nós costumamos saber antes do ano letivo começar quais são os locais onde se recolhem mais alunos e mais passageiros. Já chegámos a colocar abrigos em zonas que passado quatro anos ninguém lá toma transporte e então deslocalizamos, portanto, não só reabilitamos os que tínhamos, colocámos mais de uma vintena de novos abrigos, ainda nos falta meter em Quinta do Anjo junto ao estacionamento da Rua Manuel Caetano e também nos falta que a TML, deslocalize o totem da paragem, mas quando temos sinalizadas situações onde as pessoas passaram a estar ali à espera e pronto, passa a ser uma coisa, recorrente é aí que vamos à medida que vamos adquirindo novos vamos colocando, para além de estarmos a pensar noutra coisa que é uma concessão no âmbito do mobiliário urbano para também nos eixos das estradas nacionais podermos vir a ter abrigos de empresas na área da publicidade e retirarmos os nossos para colocar nas zonas mais dispersas e rurais.

Deixei para o final algumas considerações sobre esta coisa dos espaços verdes no Pinhal Novo e noutros sítios, eu percebo que cada um às vezes tem a necessidade de ver a realidade com óculos, com lentes diferentes, agora posso garantir-lhe Sra. membro da Assembleia que Pinhal Novo tem por habitante, metro quadrado de espaços verdes, muito acima da generalidade dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa não conheço esses novos espaços de loteamentos de construção, não conheço, por acaso, gostava de ter mais, basta a Senhora olhar para Vale Flores, onde o problema é dar conta de facto de tanto espaço verde que ainda nem sequer lá tem construção e pessoas a viver. Depois, parece-me também um bocadinho obtuso esquecer toda a informação que tem do município, candidatámo-nos e vamos implementar o projeto Pinhal Novo Verde com centenas de espécies arbóreas autóctones na área do mercado mensal para combater as questões do calor do clima, etc. a bordejar a linha do caminho de ferro no topo, norte de Vale Flores, vamos adquirir em janeiro um terreno a juntar a mais dois que já adquirimos em torno da Ribeira da Salgueirinha para construção de um parque verde urbano, plantámos e recolocámos, se calhar, umas dezenas largas de árvores, agora durante a floresta autóctone e o conceito de espaço verde, hoje, seja ele de sequeiro, o que, às vezes as pessoas não reconhecem que aquilo é um espaço verde, as pessoas querem é relva, mas depois queixam-se da água, queixam-se de outras questões climáticas, garanto-lhe que todas as nossas opções em matéria de ordenamento de território e também em matéria de paisagismo têm em consideração indicadores ou melhor, percentagens, acima daquilo que é obrigado no âmbito até dos loteamentos e do regime jurídico. Também vai ter oportunidade de ver na revisão do PDM, depois aí eu quero ver o pessoal queixar-se, não é, quando continuamos com maior área verde da área Metropolitana, com do a maior área de quilómetros de espaços naturais, com uma REN bruta que nós gostávamos que reduzisse um bocadinho nalgumas zonas, olhe! para salvar investimento estratégicos para o país, não é para a para a região, é para o país e depois vamos ver se, de facto, temos ou não temos pulmões verdes e área verde, garanto-lhe que mesmo no centro do Pinhal Novo, o trabalho que tem sido feito é no sentido de colocar verde às vezes um verde diferente e eu não sei como é que conseguiu ver aí esse pesadelo e essa ameaça, quando as ações que estão a ser tomadas nos últimos anos, já há bastante tempo são precisamente em sentido contrário de ganhar espaço público, espaço verde, em detrimento do alargamento do betão e da impermeabilização do nosso território.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Teresa Joaquim um rodapé."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPS/PSD:**

"Obrigada Sr. Presidente da Assembleia, um pequeno rodapé.

Eu gostaria apenas de que, quando um deputado municipal faz uma observação que não vai ao encontro daquilo que é a visão do Sr. Presidente e não lhe estou a tirar o valor, que evitasse expressões como, visão obtusa, é sempre a senhora deputada que viu, os seus óculos não estão bem, só eu é que vejo lixo, mais ninguém vê lixo, acho que é um bocadinho uma demasia, honestamente, eu sou, super correta na linguagem que o uso agradecia que o mesmo fosse feito em relação a mim própria aos deputados municipais nos restantes, mas sobre isso, eles próprios terão que se defender e não eu, muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, tomamos nota.

Dou nota neste final do período de antes da ordem do dia da entrada de um requerimento pelo Partido Socialista "*Habitação acessível para jovens estratégia local de habitação*" que despachei para os serviços, dando entrada hoje, dizendo; "*Remeta-se ao Sr. Presidente de Câmara*" era só.

Passamos à ordem de trabalhos, ponto um, Informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal de acordo com o disposto."

<u>Período da Ordem do Dia</u>

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se de informação municipal apenas no período de um mês, mas é possível verificar pela densidade do documento a intensa atividade do nosso território do município e dos seus agentes. O período fica marcado, vou aqui destacar alguns aspetos com a entrada em funcionamento dos serviços online do município, entraram 119 formalidades da área do Urbanismo, através do portal de Serviços *Online* do Município. Pedidos de Comunicação Prévia, Licenciamento, Legalização, Autorização de Utilização, Alvará, Centro Histórico e Reabilitação Urbana, são apenas algumas das formalidades disponíveis nesta fase, conducente a uma maior agilização dos procedimentos e comodidade para as/os cidadãs/ãos. Esta entrada em operação foi acompanhada de um plano de comunicação, tutoriais de apoio e reforço da equipa de atendimento telefónico mediado. Para quem tenha mais dificuldades, o Município disponibiliza dois pontos de atendimento digital assistido, nos atendimentos municipais de Palmela e de Pinhal Novo, mediante agendamento prévio. O desenho dos novos *workflows*, o desenvolvimento das plataformas, a formação e a implementação resultam, pois, do envolvimento transversal da organização nos objetivos de modernização administrativa e da transição digital – de complexidade acrescida porquanto se dirigem a um público bastante heterogéneo e acontecem sem paragem dos serviços.

De igual modo, a nova plataforma *online* associada ao "Eu Participo!" veio facilitar a comunicação de propostas e resultados e o acompanhamento dos processos e conferir maior rigor e responsabilidade à participação. Em setembro, o Município cumpriu o segundo ciclo de 2022 do "Eu Participo!" Munícipes, com a realização de cinco assembleias decentralizadas - uma em cada Freguesia – e, em outubro, dinamizou cinco sessões internas no âmbito do "Eu Participo!" Trabalhadoras/es Municipais. Entre 19 e 23 de setembro, a Semana dedicada a Palmela encerrou o ciclo das Semanas das Freguesias, que continuaram a afirmar-se enquanto momento privilegiado de contacto com diferentes agentes do território e de reforço dos laços de trabalho e cooperação entre as autarquias.

No campo da cooperação internacional, este período foi particularmente rico, com diversas entidades e delegações de países com quem Palmela tem relações de amizade e cooperação a marcarem presença na Festa

das Vindimas. O momento propiciou, também, reuniões de trabalho e visitas técnicas com o município de Tollo (Itália) e os municípios caboverdianos da Praia (Ilha do Sal) e S. Filipe (Ilha do Fogo), para aprofundamento de laços com empresas e agentes locais e prossecução do plano estratégico de cooperação.

Com o início do novo ano letivo, regressou, também, o processo de participação infanto-juvenil, registando-se, neste arranque, 10 sessões do Clube "Eu Participo!", que abrange os 2.º e 3.º ciclos. Destaque para o lançamento do projeto "Escola Agentes Eu Participo!", que resulta da reestruturação do projeto desenvolvido pelo Município, em parceria com as escolas do Concelho, desde 2011 e que se constitui como uma verdadeira «escola de ativistas» junto dos públicos do pré-escolar e 1.º ciclo, garantindo às crianças o direito de serem ouvidas e de participarem na sua comunidade.

A 31 de outubro, o efetivo total do Município era de 1.216 trabalhadoras/es, número que resulta da transferência de competências da área da Educação, mas, também, do permanente esforço de recrutamento para reforço das equipas, em diversas áreas. Uma boa integração é determinante para a satisfação e desempenho, tendo-se realizado 12 sessões de acolhimento para novas/os trabalhadoras/es neste período. No campo da formação profissional, realizaram-se 39 ações, num total de cerca de duas mil horas de formação, com destaque para a ação "Atendimento ao Público", o início do curso de "Espanhol essencial para o Turismo" e cinco sessões da ação "Igualdade de Género na Educação" para pessoal não docente das nossas escolas, no âmbito da Rede de Autarquias para a Igualdade, num total de 160 participantes (recorde-se que a Autarquia assinalou, a 24 de outubro, o Dia Municipal para a Igualdade com várias atividades, para públicos diversos). No período em que foi formalizada a celebração do Protocolo de Cooperação institucional com as Juntas de Freguesia do Concelho, para execução do Plano de Formação do Município, sublinha-se, ainda, a realização da auditoria para renovação da certificação do Município como Entidade Formadora junto da Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais.

A campanha interna "Saúde Primária" continuou a dinamizar atividades de informação e diagnóstico, para prevenção da doença e maior literacia em saúde. Sob o tema "Suporte Básico de Vida e Posição Lateral de Segurança", realizaram-se quatro ações, com a participação de 94 trabalhadoras/es municipais, em funções no Agrupamento de Escolas de Palmela e na Escola Secundária de Palmela. Junto da população em geral, a Autarquia assinalou o Dia Mundial do Coração, com 10 ações de rastreio na Unidade Móvel de Saúde, numa coorganização com o Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida e o Serviço de Cardiologia do Centro Hospitalar de Setúbal. Em parceria com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, organizou uma Caminhada Solidária nas Serras de Quinta do Anjo e apoiou o rastreio ao Cancro da Mama, realizado em vários pontos do Concelho. A par de todo o trabalho técnico e de divulgação, o aniversário da Rede Portuguesa dos Municípios Saudáveis foi celebrado, simbolicamente, com o hastear da Bandeira dos 25 anos.

O incêndio que atingiu as freguesias de Palmela e Quinta do Anjo, a 13 de julho, continua a merecer atenção por parte do Município, que mantém ações de avaliação de risco e acompanhamento do processo de recuperação, além do atendimento a munícipes e agentes do território, registando-se a realização de uma reunião com moradoras/es da Quinta da Glória e de uma reunião geral, além de diversos contactos institucionais. A coordenação do funcionamento do Centro de Vacinação COVID-19, em Pinhal Novo, bem como das ações de vacinação em lares e ao domicílio, no arranque da campanha de reforço vacinal contra a COVID-19 e a gripe sazonal, também continuou a marcar a atividade municipal, na área da Proteção Civil e Segurança. A Associação Humanitária de Bombeiros de Palmela recebeu um apoio para investimento, no valor de cerca de 29 mil euros.

O arranque de um novo ano letivo é sempre tempo de enormes mudanças e expetativas para a comunidade educativa e para as famílias, e a transferência de competências para o Município na área da Educação motivou ainda mais alterações e pressão acrescida sobre os serviços, que têm a seu cargo todo o ensino obrigatório. O Programa de Alimentação Escolar, alargado até ao Secundário, representa, agora, 3.500 refeições diárias, e no âmbito do Reforço Alimentar e do Regime da Fruta Escolar, 3.192 crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo receberam cerca de 55 mil peças de fruta, além de bolachas e frutos secos. A Autarquia assegura, ainda, a aquisição e distribuição do Leite Escolar e manteve a oferta dos Cadernos de Atividades do 1.º ciclo, numa despesa superior a 90 mil euros, comprometendo-se a alargar esta medida ao 2.º ciclo em 2023. Em outubro, abriu o período de candidaturas a Bolsas de Estudo no presente ano letivo, que aumentaram de 30 para 55.

O Momento de Convívio foi o ponto alto do programa alargado de Receção à Comunidade Educativa, reunindo mais de três centenas de pessoas numa tarde de festa e boas-vindas para quem chega e de homenagem a docentes e não docentes aposentadas/os. Na ocasião, a distribuição do Caderno de Recursos Educativos permitiu promover os múltiplos recursos deste território educador. O programa "Aprender a Nadar" regressou em pleno, depois da pandemia, com o primeiro de três cursos anuais e a participação de meio milhar de crianças, de 24 turmas do Concelho.

Teve continuidade o investimento na beneficiação e manutenção dos edifícios escolares, com destaque para a conclusão da empreitada de criação de zonas de sombreamento no logradouro na EB Bairro Alentejano e reparação da plataforma elevatória, a adjudicação e subsequente início da elaboração do projeto de requalificação do logradouro da EB Joaquim José de Carvalho (Palmela) e a resolução de patologias diversas, no âmbito da garantia das empreitadas de ampliação e requalificação nas EB António Matos Fortuna (Quinta do Anjo), Cabanas e Águas de Moura, esta última, à data, ainda a decorrer. O Município procedeu, também, à aquisição e instalação de equipamentos nos espaços de jogo e recreio da EB Salgueiro Maia (Pinhal Novo) e dos JI Vale da Vila e n.º 1 Olhos de Água e deu sequência ao objetivo de permanente modernização e apetrechamento dos estabelecimentos de ensino, com a aquisição de novo material didático para os JI Aires, Cajados, Olhos de Água, Lagoa do Calvo e Lagameças.

O Outubro MAIOR – Mês das Pessoas Idosas no Concelho de Palmela foi pretexto para um vasto programa de iniciativas de sensibilização, capacitação e animação, promotoras da intergeracionalidade, do convívio e de um maior conhecimento e atenção perante as necessidades e expetativas da população idosa. Neste período, concretizou-se a terceira distribuição do ano do Cabaz Solidário Saudável, em articulação com a Rede Social, beneficiando 491 munícipes. No âmbito do processo de atualização do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social, realizou-se uma sessão de trabalho com o Instituto Politécnico de Setúbal e meia centena de participantes, de 29 entidades parceiras.

Concretizou-se, neste período, a aquisição de cinco imóveis para reabilitação, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, e concluíram-se duas empreitadas de reabilitação em fogos municipais, em Palmela e Pinhal Novo.

A identificação predial voluntária para minoração de IMI no Centro Histórico decorreu neste período e a especificidade deste núcleo continua a justificar particular atenção, sublinhando-se a abertura do procedimento de contratação de entidade externa para o desenvolvimento de um Estudo e Plano de Revitalização Económica.

O processo de revisão do Plano Diretor Municipal teve continuidade com um conjunto intenso de reuniões de concertação com diversas entidades da Comissão Consultiva da Revisão. Entretanto, o Seminário de Encerramento do Plano local de Adaptação às Alterações Climáticas permitiu apresentar, publicamente, o diagnóstico e as medidas previstas para o Concelho de Palmela neste instrumento estratégico.

Concluiu-se, oficialmente, a empreitada de Regularização da Ribeira da Salgueirinha, bem como a empreitada de execução de ramais domiciliários de águas residuais domésticas e pluviais, relativa a 2022, e concretizaram-se as 4.ª e 5.ª campanhas de desinfestação e desratização de redes de esgotos municipais.

No que respeita ao sistema de águas de abastecimento, foram concluídas as empreitadas de execução de prolongamentos para ampliação e remodelação da rede de distribuição, relativas a todas as freguesias, e de execução de ramais domiciliários. Foi celebrado contrato relativo à empreitada de "Ligação dos novos furos de captação de água de Fonte da Vaca ao reservatório de Fonte da Vaca", intervenção de enorme importância para o reforço do abastecimento de água a Pinhal Novo.

O período particularmente intenso de festividades e provas desportivas - destacando-se, pela sua dimensão e atratividade, a Festa das Vindimas e a Feira Medieval de Palmela - obrigou a um esforço suplementar na área da limpeza urbana, com contratações pontuais ao exterior para complemento das brigadas municipais. De igual modo, adjudicaram-se ao exterior serviços pontuais para reforço de ações de limpeza e corte de infestantes.

As comemorações da Semana Europeia da Mobilidade motivaram a realização de um conjunto de ações de sensibilização para o impacto das opções individuais de mobilidade. Destaque para a ação prática de capacitação

de crianças e jovens "Ciclismo na Vila", com a Federação Portuguesa de Ciclismo e a participação do ciclista Rafael Reis, e para a implementação do sistema de uso partilhado de trotinetas e bicicletas elétricas nos perímetros urbanos de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo. Neste período, encontravam-se em execução as empreitadas de beneficiação do Jardim Ferreira da Costa (Venda do Alcaide) e do parque de estacionamento na Rua Manuel Caetano (Quinta do Anjo).

Com a Campanha de Vacinação Antirrábica e Identificação Eletrónica ainda a decorrer, teve continuidade o registo na plataforma do Sistema de Informação Geográfica de todos os dados dos felinos intervencionados no âmbito do Programa CED. Concluiu-se, entretanto, o Parque de Matilhas, espaço que irá albergar animais que se encontram em matilhas no espaço público.

A apresentação pública do novo Programa Museológico do Museu Municipal de Palmela, e posterior publicação no boletim +Museu, representa um marco nesta área, que continua a apostar na proximidade com os diversos públicos e em práticas inclusivas. Neste campo, releva-se a colocação de piso pedotáctil no Museu – A Estação, indicado para a orientação de público com deficiência visual. No Espaço Cidadão, foi inaugurada a exposição "*Balmalla Hisn al-Rábita*. Um Castelo na Arrábida", que aprofunda o conhecimento que temos sobre o nosso Castelo e a sua origem Omíada, no séc. VIII, e que estará patente até setembro de 2023. Também a propósito do Castelo, "*Balmalla*, uma fortificação com mais de 1.000 anos de história" é o título do filme que conquistou o prémio na categoria *Best Movies in the Region of Arrábida*, na edição 2022 do *Finisterra Arrábida Film Art & Tourism Festival*. Para assinalar o Dia Nacional dos Castelos, foi organizada uma visita especializada ao Castelo e à vila de Palmela para a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos e o Município promoveu o Curso sobre Castelos dedicado aos "Castros do Norte de Portugal".

As comemorações do Centenário do Nascimento de José Saramago tiveram continuidade com a inauguração da exposição "Voltar aos passos que foram dados", com representantes da Fundação José Saramago, e a exibição do documentário "José e Pilar". A exposição "Álbum de Família" continuou em itinerância, desta feita, na Biblioteca de Palmela e no Centro Cultural de Poceirão, e o projeto "365 Dias de Romance" proporcionou uma conversa literária com a escritora Dulce Garcia. De entre as ações propostas pelo programa Formação para a Comunidade, são de referir, por exemplo, as sessões de identificação de plantas com a autora Diana Pedreira e uma centena de alunas/os das escolas básicas do Lau e de Brejos do Assa, e a conclusão do curso anual de Educação e Formação de Adultos, na área de Técnica/o Gestor de Ambiente, com a aprovação final de 15 formandas/os. Em resultado do projeto "Conversas sem Margem", que propõe a abordagem e reflexão sobre dinâmicas sociais complexas e estereótipos, a Biblioteca Municipal de Palmela passou a ser membro da Rede de Bibliotecas UNESCO.

Outubro em Palmela é sempre "Mês da Música" e, em 2022, o programa foi recheado de espetáculos e oficinas para todos os públicos, em diversas salas do Concelho, e a estreia de sucesso do *Méee Festival Folk*, em Quinta do Anjo. A 5.ª edição do Manobras – Festival Internacional de Marionetas e Formas Animadas, promovido pela Artemrede e Municípios associados, foi apresentado, publicamente, em Palmela, e o Município acolheu cinco espetáculos de artistas nacionais e internacionais. O cinema continua a captar novos públicos e o Auditório Municipal em Pinhal Novo – Rui Guerreiro foi palco de mais uma edição dos "Sustos Curtos", extensão do Festival *MOTELX*. Em Águas de Moura, o projeto "Noites na Fonte" animou o centro da aldeia com dois serões de grande qualidade.

Os grupos de teatro e as associações locais continuaram a desempenhar um papel de relevo na dinamização cultural do território e o Município é um parceiro presente e disponível para a concretização dos seus projetos, sendo de sublinhar as estreias do Teatro Sem Dono, com "*Macbeth*", e do Bando com "Tabu", o Festival de Folclore Infantil em Pinhal Novo, bem como o regresso em pleno de festividades como a Festa das Vindimas, organizada pela Associação de Festas de Palmela, e a Festa de Todos os Santos, da responsabilidade da Associação de Festas de Quinta do Anjo, dois certames que colocam em evidência as raízes culturais do Concelho, os seus produtos, saberes e tradições. O programa "Março a Partir" concluiu-se em outubro, com a realização do Festival PN, em Pinhal Novo, numa organização da Associação Juvenil COI (adiado em março devido à pandemia).

Nos meses em apreço, concluíram-se as obras de requalificação do Espaço de Jogo e Recreio (EJR) de Quinta do Anjo e execução de balneários para o Polidesportivo do Bairro Alentejano, iniciou-se a construção do novo EJR na Rua António Lopes/Rua Maria Eduarda Ferreira (Pinhal Novo) e foi adjudicado um importante pacote de ações para reabilitação e valorização de diversos equipamentos desportivos e de lazer em espaço público.

O Município apoiou a realização do curso de Treinadores de Grau I de Atletismo (componente específica), etapa de formação do Programa Nacional de Formação de Treinadores, promovido pela Associação Portuguesa de Atletismo e pela Federação Portuguesa da modalidade, e inaugurou, em cooperação com esta última, o Centro Municipal de Marcha e Corrida de Palmela, 102.º a nível nacional. Com o gabinete de apoio técnico a funcionar na Piscina Municipal de Palmela, o Centro é gerido pela Palmela Desporto e tem a Secção de Atletismo do Palmelense Futebol Clube como parceiro local. O Judo voltou a estar em destaque, com o Pavilhão Desportivo Municipal de Pinhal Novo a acolher centenas de judocas de todo o país no II Encontro Nacional de *Katas* e nos Campeonatos Nacionais de Equipas Juvenis e Juniores, e o *Jiu Jitsu* continua a conquistar praticantes e adeptas/os, tendo-se realizado, no mesmo equipamento, a V Taça de *Jiu Jitsu* de Pinhal Novo.

A atividade física é determinante para a saúde e bem-estar, pelo que o Município apoiou, neste período, oito IPSS que participam no programa "Viver Melhor, Viver com Autonomia" e três associações que acolhem as atividades do "50+ Programa de Exercício", aprovou quatro Contratos-Programa com clubes e associações, para apoio à utilização de equipamentos desportivos municipais geridos pela Palmela Desporto, e um Protocolo de Cooperação com a Associação dos Amigos do Bairro da Confidente, relativo à gestão do Polidesportivo 25 de Abril (Pinhal Novo).

Na sequência da implementação da nova rede de iluminação pública do Concelho, com protocolo de comunicação *LoRaWan*, encontravam-se em curso, neste período, ajustamentos no sistema de *dimming* nas luminárias (redução de potência em 50% entre as 23:00 e as 6:00, para maior poupança energética), além de projetos-piloto nas áreas de RSU e papeleiras e dos sistemas de rega, para monitorização através de plataformas *online.*

Com várias outras intervenções a decorrer, em particular, na Freguesia de Quinta do Anjo, o Município concluiu, neste período, a pavimentação da Rua José Luís da Silva Camolas (Palmela) e a execução do Parque de Estacionamento da Rua Mouzinho de Albuquerque (Pinhal Novo), tendo-se realizado mais de uma centena de intervenções de conservação da rede viária municipal por administração direta.

O regresso da Feira Medieval de Palmela, sob o tema "Mesteirais e Outras Gentes na Palmela do séc. XII", foi recebido com forte entusiasmo e o registo de mais de 30 mil visitantes confirmou a aposta na organização direta do evento, que envolveu múltiplos serviços municipais. A inclusão e acessibilidade, o voluntariado e a formação foram componentes muito valorizadas e que contribuíram para a qualidade do programa, que já é uma referência nacional. Na reta final do verão, o Município participou em várias iniciativas, como forma de promoção do território e dos produtos locais de qualidade. Sublinha-se mais uma presença no Festival de Gastronomia de Santarém e na Gala da Rainha das Vindimas de Portugal, este ano, realizada em Pinhel, Cidade do Vinho 2020/2022. No âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado com Guimarães, Palmela acolheu o Sr. Vereador do Turismo e vários vitivinicultores deste Município, que vieram conhecer a nossa oferta enoturística, num importante momento de contacto e *benchmarking*.

Subordinado ao tema "Desenvolvimento Económico num Mundo em Mudança – Empreendedorismo, Criatividade e Capacitação", o Fórum Económico de Palmela favoreceu o contacto entre empresas, um maior (re)conhecimento do nosso tecido económico e a partilha e debate de ideias, com vista ao fortalecimento do ecossistema empreendedor, à criação de emprego cada vez mais qualificado e à captação de investimento. A divulgação da Incubadora de Empresas e o incremento de recursos disponíveis e de ações de formação e *networking* têm conferido visibilidade e capacitação às empresas incubadas.

A 30 de setembro, a cerimónia pública de assinatura dos Autos de Transferência encerrou, de forma simbólica, os processos de formalização da transferência de várias competências do Município para as Juntas de Freguesia do Concelho, com entrada em vigor a 1 de outubro. Estes Autos, juntamente com os Contratos

Interadministrativos já em vigor, correspondem a uma transferência financeira de cerca de 2,6 milhões de euros, em 2023, além de recursos humanos e materiais, e embora as Autarquias considerem que este não é o modelo ideal, continuarão a cooperar com o objetivo permanente de qualificar, cada vez mais, o serviço público prestado às populações.

Sr. Presidente era esta a apresentação da atividade municipal."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Intervenções, neste ponto da ordem de trabalhos atividade municipal do município?

Ricardo Marques, Partido Socialista faz favor."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"Boa noite, Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem assiste em casa a esta sessão.

Sr. Presidente muito obrigado pela apresentação do relatório. Na leitura transversal das noventa e seis páginas e um bocadinho esta introdução, penso que a questão daqui do sinal da TDT no Centro Histórico não estava aqui mencionado no relatório e era essa a questão que queríamos reforçar, já numa sessão de junho, salvo erro desta Assembleia, colocámos essa questão, o Sr. Presidente disse que ia ver e reforçar e que as empresas iam avaliar, penso que agora a empresa está a avaliar o sinal há uns meses, há alguma coisa, queremos perceber é se as pessoas continuam sem o sinal, o Sr. Presidente tinha dito que as pessoas podiam ter TDT, pelas antenas, eu acho que não é bem a intenção da Câmara reforçar ainda mais coisas aéreas no Centro Histórico e já que falamos no Centro Histórico e o que está aéreo, talvez seja tempo também de começamos a ponderar efetivamente na infraestruturação à série do nosso Centro Histórico, deixamos essa menção. Era para perceber um bocadinho se Câmara Municipal não deve reforçar a necessidade de as pessoas terem um sinal no Centro Histórico de televisão, independentemente de isso, poder ser, ou não, operado pelo mercado, mas a questão da TDT é essencial.

Já que falamos de sinais, se calhar, mencionar também aqui um bocadinho e observando aqui reforço de uma série de áreas na internet e tecnologias de informação, se calhar, forçar um bocadinho aquilo que é o sinal de internet nos edifícios públicos, mesmo hoje, estamos aqui um bocadinho atrapalhados com isso, já vi que os Srs. Vereadores também com Hotspot acho que era importante, se calhar, reforçarmos isso, vermos também com a empresa que tem os serviços, percebermos um bocadinho, deixávamos essa nota.

Outra nota, também está no relatório que é do Urbanismo nos serviços online, sabemos que entrou em outubro, perceber como é que está a correr, é a nossa questão, mas essencialmente uma das questões que gostava de deixar é se isto efetivamente, para além do parecer que facilita todo o processo, é se facilita aquilo que muitas vezes tem sido a queixa dos municípios e de quem apresentou os projetos que, se há uma comunicação maior ou não, se há uma intervenção diferente, se há uma interação entre quem está nos serviços de urbanismo e quem coloca muitas vezes as questões e os dilemas, digamos assim, e quem apresenta os projetos, porque isso tem sido muitas vezes mencionado como a dificuldade e eu custa-me a crer que, às vezes os serviços online, possam reforçar-se e há uma necessidade de algum esclarecimento de algum munícipe que apresentou o processo se efetivamente com esse serviço online terá essa maior facilidade para além do telefone que muitas vezes é impraticável, portanto, deixo essa questão se efetivamente a comunicação entre as duas partes sairá reforçada com este serviço de urbanismo online e disse, Sr. Presidente obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais intervenções?

Joaquim Pires, faz favor CDU."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Boa noite a todos e a todas, aqueles que nos estão a ver aqui e fora daqui.

Uma nota ou duas muito breves, uma nota de felicitação e uma nota de valorização, pelo intenso trabalho desenvolvido pela Câmara, que nos é revelado agora e está espelhado neste relatório, sendo que, naturalmente, vão num caminho de resolução das necessidades da população, sendo dirigido nesse sentido e no melhor sentido, é de facto, um imenso volume de trabalho, só possível, por todos aqueles que efetivamente se interessam pela resolução dos problemas das pessoas, em cargos como aqueles que nós aqui ocupamos.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Joaquim Pires.

Não havendo mais intervenções neste período, passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, só para as notas e a resposta sobre estas questões de internet."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Agradeço as questões.

Caro, Ricardo Marques, sinal de televisão no Centro Histórico. O sinal existe, a questão está da desativação da ligação por cabo, no âmbito de um protocolo que existia e que formalmente não conseguimos que ele tivesse continuidade, nem legalmente conseguimos, a operadora deixou de poder fazer esse fornecimento gratuito de ligação "a" , explicando melhor o assunto, mas eu sei qual é a questão, embora tenha confundido aí a questão das antenas TDT etc. o que eu lhe disse e mantenho, embora não tenha hoje aqui a informação falta-me aqui a Sra. Vereadora que não pode estar presente. Nós colocámos no terreno a empresa a estudar o sinal precisamente para o funcionamento da TDT sem antena exterior, e se era possível encontrarmos um outro descodificador que permitisse ter o sinal precisamente sem antenas exteriores, porque não vamos voltar a permitir antenas nos telhados do Centro Histórico.

Esse trabalho foi feito, esse levantamento foi feito, com visitas inclusivamente a casa das pessoas, eu não conheço o resultado, sei é que o número de pessoas que requereram esse apoio reduziu substancialmente e, neste momento, andará dentro do número de dez a vinte casas que necessitam, porque houve outras pessoas que entenderam até porque já tinham contratualização de outros serviços telemóvel, etc, etc. comprar serviços a operadoras e ter até muitos canais e, portanto, procurarei atualizar essa informação ou no próximo relatório que já irá de outubro até final do ano, porque aí o Gabinete do Centro Histórico deve ter novidades sobre isso, mas a nossa intenção e o nosso compromisso é não só encontrar solução técnica, como encarar a possibilidade de garantir a quem disso necessitar financeiramente suportar a despesa com essa adaptação, foi essa pelo menos a decisão política que tomamos, mas, temos que saber como operacionalizar.

Falou também questões de cabos Centro Histórico etc. etc. caro membro da Assembleia, esse é um desígnio do município em todas as intervenções que faz, até nas últimas intervenções feitas nos pavimentos infraestruturação do Centro Histórico teve essa preocupação deixou negativos, deixou galerias técnicas, mas, de facto, as operadoras nós não as conseguimos obrigar a tempo de fazer isso.

As próximas intervenções que teremos nas escadinhas em arruamentos que estão já também definidas, sinalizadas para elaboração de projeto, para eventuais candidaturas ou não, continuarão a ter soluções que permitem aos operadores irem paulatinamente enterrando as suas redes para que elas não estejam nas fachadas dos nossos edifícios, porque se têm interesse patrimonial, se têm regras a cumprir do ponto de vista do património, esse interesse e essa beleza não devem de ser, de facto, desfigurados por essa parafernália de cabos que também só acontece não pense que é por culpa dos municípios, aliás, nessa matéria, nós temos

estado até na Associação dos Centros Históricos de que somos membros, a discutir e a conhecer soluções que foram implementadas noutros pontos do país, as dificuldades encontradas, os casos de sucesso, e a escala, porque são locais diferentes, e, portanto, aquilo que temos em termos de projeto para fazer garante a possibilidade de os operadores o fazerem, vamos ver depois também se algumas pessoas estão disponíveis para fazer obras nas suas casas, porque as redes passarão a ter que entrar também subterraneamente para outras caixas interiores, isso depois na operacionalização tem algumas dificuldades, mas creia que temos esse desígnio e esse interesse e é nesse objetivo que que trabalhamos.

Os serviços online estão a funcionar bem, sem qualquer "Bug", têm tido utilizadores a crescer em número crescente todas as semanas, agora nada disso tem que ver com atendimento e esclarecimentos de dúvidas. Não há problemas de comunicação, neste momento e eu desmonto qualquer assunto, pode-me trazer, olhe! até um que mandaram para a Assembleia Municipal, eu estou aqui preparado para responder, porque a gente também tem que por aqui os pontos nos "ii", atendimentos esclarecimentos técnicos, são feitos pelos técnicos, marca-se, são solicitados, são feitos pelos técnicos, é diferente do pedido de informação "estão como é que está o meu processo" até isso pode ser feito de outra forma, os serviços online não se destinam a resolver essa questão, para isso há o email do urbanismo, há o telefone e há a marcação, eu não tenho atendimento nenhum em atraso e o Sr. Diretor, passa o dia também a fazer atendimento. Agora há atendimentos e esclarecimentos técnicos que também não podem ser feitos como alguns requerentes querem, porque os seus técnicos e os seus advogados e as pessoas a quem pagam para lhes resolver as encrencas que têm é que têm que trabalhar para eles. Nós temos de dizer se está bem, ou se está mal, não podemos fazer projetos às pessoas, e temos que dizer qual é o enquadramento legal e quais são as regras e do PDM, mais, nós estamos inclusivamente a fazer uma coisa que outros municípios não fazem que é dar informações já sobre o futuro PDM e sobre o atual PDM que entram por e-mail e que têm que entrar como requerimento como um direito à informação, pagando uma taxa é que nós para fazer esse requerimento, temos técnicos a trabalhar horas e nós damos essa informação gratuitamente às pessoas, agora as questões de comunicação, pode-me dizer "às vezes, não se consegue telefonar", é normal, hoje toda a gente quer resolver tudo por telefone, não é, mas eu também me queixo disso, nas seguradoras, na E-REDES, nas operadoras telefónicas também não me atendem, não sei, se calhar, não é um problema de telefones, é que, de facto, as máquinas e os sistemas na resolvem tudo, nós precisamos de pessoas, e, portanto, garanto-lhe que algumas dúvidas, pedidos de atendimento técnico, esclarecimentos, informações, nós estamos a responder como nunca respondemos, porque também não podíamos no passado houve dificuldades, havia muita gente em teletrabalho, neste momento as coisas estão a fluir normalmente e faremos o balanço quando percebermos no final do ano o número de assuntos e de processos entrados e de requerimentos que bateu todos os recordes, mas também o número de assuntos encerrados, despachados, e licenças emitidas.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Passamos ao ponto dois da ordem de trabalhos, dizendo-vos que, agradecemos ao município as agendas e a garrafa que nos foi entregue e que há um moscatel e bolo rei lá no fundo, para se servirem durante a sessão, porque no final, com certeza que teremos menos tempo para isso, portanto, diremos que se pode começar a usufruir da mesa.

Ponto 2 da ordem de trabalhos Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027, Sr. Presidente de Câmara faz favor."

PONTO DOIS – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Vou procurar resumir sem perder aqui o raciocínio o fio à meada pedindo naturalmente, que a proposta e a introdução sejam na íntegra transcritas para a ata.

Introdução

Sustentabilidade é uma palavra omnipresente no nosso vocabulário e nos documentos estratégicos de organizações públicas e privadas, à medida que a Humanidade toma consciência da limitação dos recursos disponíveis e reconhece que o mundo se encontra num ponto crítico, sendo responsabilidade coletiva contribuir para o seu reequilíbrio. O Município de Palmela tem vindo a trabalhar na identificação e monitorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, na organização e no território, assumindo-os como uma meta muito concreta, que exige rigor, monitorização e o envolvimento de todas/os. No próximo ciclo, pretende-se continuar a aprofundar este trabalho e assumir a apropriação dos ODS como ferramenta estratégica de desenvolvimento e resposta aos múltiplos desafios.

Antevê-se um ano de 2023 particularmente desafiante, com graves impactos na vida das famílias. O Município responde a este contexto com um forte investimento na área social, numa visão holística, que vai além dos apoios diretos e tem reflexos na Ação Social Escolar, na Estratégia Local de Habitação, no apoio às IPSS, em ações de capacitação junto de comunidades mais desfavorecidas, no acompanhamento próximo da população idosa, nas reduções/isenções fiscais ou na aplicação do tarifário social automático. Contrariando, até as recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a Autarquia opta por suportar custos nos tarifários para consumo doméstico, para não onerar as famílias.

Depois da transferência de competências na área da Educação, que implicou grandes mudanças internas e o crescimento da organização, o Município prepara o acréscimo de responsabilidades nas áreas Social e da Saúde, continuando a pugnar, nos planos técnico e político, pela adequação dos respetivos Autos de Transferência à realidade e necessidades do território.

A conclusão do processo de revisão do Plano Diretor Municipal – documento orientador, por excelência, dos vetores de desenvolvimento do território – é acompanhada da elaboração/revisão de um largo conjunto de outros documentos estratégicos e normativos, como a Carta Educativa, a Carta Arqueológica, o Regulamento do Museu Municipal, o Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social ou o Estudo e Plano de Revitalização Económica do Centro Histórico. Depois da conclusão do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas, a implementação das medidas previstas para prevenção e mitigação de riscos é uma prioridade na área do Ambiente, onde as ações de sensibilização e educação ambiental se afiguram, também, como determinantes para a urgente mudança de mentalidades e atitudes.

O próximo ano é, também, marcado pelo esforço de infraestruturação do território, para requalificação em área urbana e expansão até às zonas periurbanas, e no campo da rede viária e do espaço público, tem continuidade o plano de pavimentações, com intervenções em todas as Freguesias, bem como uma nova campanha de reabilitação de pavimentos no Centro Histórico de Palmela e de acessibilidades, com particular impacto em Pinhal Novo e em Poceirão/Marateca. Com foco, precisamente, nestas duas freguesias rurais, inicia-se a implementação de uma Operação Integrada Local, enquadrada pelo Plano Metropolitano de Apoio às Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana de Lisboa e financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência, que representa 6,5 ME de investimento direto em ações diversas para alavancar os índices de desenvolvimento.

O Orçamento 2023 tem um valor global de 72,6 ME, um aumento de 20,6% face à dotação inicial de 2022 (+ 12,4 ME). O valor afeto às Grandes Opções do Plano cresce 17,6% (+6,4 ME face à dotação inicial de 2022), cifrando-se nos 42,6 ME, com a maior fatia (73,7%) a corresponder às Funções Sociais, que agregam os setores relativos à prestação de serviços básicos às populações. Educação, Resíduos Sólidos, Habitação e Urbanismo e Saneamento apresentam, em 2023, os maiores volumes de investimento.

Acompanhando as dinâmicas do território, que cresce, em número de habitantes, empresas e agentes, o Município continua a ampliar a rede de equipamentos culturais, desportivos e de apoio à comunidade, a pugnar pela qualidade e proximidade dos serviços disponibilizados e a trabalhar em parceria com entidades da tutela, com vista à captação de mais fundos para aplicação no território e de soluções que correspondam às necessidades das populações. Com o Pavilhão Gimnodesportivo de Palmela já em curso, inicia-se o trabalho

com vista à segunda fase de Regularização da Ribeira da Salgueirinha, entre Pinhal Novo e Quinta do Anjo, e espera-se a concretização da Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo (projeto em elaboração) e do Posto da GNR de Poceirão (projeto já concluído). Além dos apoios financeiros e da cooperação institucional, a relação com as Associações de Bombeiros do Concelho consubstancia-se, neste ciclo, com um apoio extraordinário de 300 mil euros a cada associação, para aquisição de uma nova viatura de combate a incêndios.

E porque o Serviço Público não acontece sem pessoas, o Município continua a apostar no seu principal ativo – que cresce, quer por via da transferência de competências, quer do esforço permanente de recrutamento, para reforço das equipas - com um conjunto de medidas agregadas no Plano de Apoio e Valorização das/os Trabalhadoras/es, a apresentar no início do ano, e com múltiplas ações de melhoria das condições de trabalho: em instalações (intervenções no edifício dos Paços do Concelho, no edifício COOPINHAL, no Centro de Investigação do Património Cultural e nos Serviços Operacionais, entre outras), equipamento informático, maquinaria, viaturas, saúde ocupacional, formação profissional e incremento da participação e comunicação interna. A capacitação permanente das equipas, em áreas como a Cibersegurança e os serviços *on-line*, e o investimento transversal em modernização administrativa e sistemas de telegestão concorrem para a paulatina transição digital, bem como para uma gestão inteligente e integrada, que faz de Palmela, cada vez mais, uma verdadeira *Smart City*.

Funções Sociais

Este capítulo apresenta as áreas de intervenção mais diretamente relacionadas com a satisfação das necessidades básicas das populações, que correspondem a 73,7% das GOP, num total de 31,8 ME.

Educação

Qualificação do Parque Escolar

A assunção de novas competências na área da Educação tem forte impacto ao nível do orçamento, dos recursos humanos e da atividade nesta área, que sempre foi considerada prioritária. A obra de construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Palmela, na Escola Secundária, desenrolar-se-á ao longo de 2023. Continua o investimento no apetrechamento das escolas básicas e jardins-de-infância e na permanente ampliação e beneficiação do Parque Escolar, enquadradas pela concretização da revisão da Carta Educativa de Palmela. Encontram-se em estudo a construção de novas escolas básicas em Palmela e na zona nascente de Pinhal Novo e a segunda fase de ampliação da EB Cabanas. No horizonte 2023/2027, perspetivam-se a requalificação do logradouro do pré-escolar e outros espaços exteriores da EB Salgueiro Maia (Pinhal Novo), obras nos logradouros das EB Joaquim José de Carvalho (Palmela), Alberto Valente (Pinhal Novo) e Lagoa da Palha, na cobertura da EB Zeca Afonso (Pinhal Novo) e uma intervenção de fundo na EB João Eduardo Xavier (Pinhal Novo). Esta escola integra a campanha de qualificação dos Espaços de Jogo e Recreio, dotando-os de novos equipamentos e superfícies de impacto, que abrange, ainda, a EB José Saramago (Poceirão) e o jardim-de-infância de Lagoa do Calvo. Integradas, agora, no parque escolar municipal, são alvo de empreitadas de requalificação e modernização as Escolas de 2.º e 3.º ciclos Hermenegildo Capelo (Palmela) e José Maria dos Santos (Pinhal Novo), além da José Saramago, por via da OIL Poceirão e Marateca.

Apoios Socioeducativos

Com o agravamento das condições de vida, o Município continua a ampliar as medidas de apoio educativo e social às famílias, indo além das suas obrigações legais e ao encontro das necessidades concretas de cada território. Regista-se o aumento para 55 do número de Bolsas de Estudo a atribuir a alunas/os do ensino secundário, tecnológico, superior e, pela primeira vez, da área da música, e o alargamento da oferta dos cadernos de atividades ao 2.º ciclo do ensino básico. Além do Programa de Alimentação Escolar e dos regimes da Fruta e do Leite Escolar, o Município assegura o Reforço Alimentar no pré-escolar e 1.º ciclo. Consolida-se a vertente socioeducativa e pedagógica, com o apoio a projetos de escola, através do Regulamento Municipal de Apoio a Projetos Socioeducativos, e a prossecução de projetos próprios, como o "Fantasiarte", a Receção à Comunidade Educativa ou o "Aprender a Nadar".

Saúde

O importante trabalho de proximidade assegurado pela Unidade Móvel de Saúde, em particular, junto das populações mais dispersas, continua a ser aprofundado em 2023, bem como o potencial da Pista *Check-Up* de Quinta do Anjo, numa perspetiva de autorresponsabilização pela saúde. O projeto "Saúde Palmela", dinamizado em parceria com a Unidade de Saúde Familiar Santiago (Palmela), permite alavancar ações de sensibilização e esclarecimento, a par do trabalho com outros parceiros da área da saúde. Num período que se pretende determinante para a concretização da nova Unidade de Saúde Familiar em Quinta do Anjo, o Município continua a lutar pela colocação de pessoal médico e de enfermagem e o aumento das consultas nos centros de saúde do Concelho.

Ação Social

O Atendimento Social a munícipes em condições de fragilidade ganha particular relevo neste ciclo. Além do encaminhamento de situações para estruturas locais ou regionais e do apoio mais robusto às IPSS – cedência de terrenos e colaboração técnica e financeira em candidaturas ao PRR, quer por via da Estratégia Local de Habitação (ELH), quer da OIL Poceirão e Marateca – sublinha-se o desenvolvimento da medida "Menu Solidário – apoio alimentar de emergência", o alargamento do Cabaz Solidário Saudável e o atendimento a migrantes pelo CLAIM. No âmbito do apoio à população de idade maior, merecem referência projetos como o serviço de Teleassistência "Cuidar +", entretanto alargado, o "Outubro Maior", o "Clique sem Idade", entre muitos outros, integrados na "Palmela Maior" – Estratégia Municipal para o Envelhecimento Ativo, Saudável e a Relação entre Gerações 2021/2025. Em 2023, conclui-se o Diagnóstico Social e é implementado o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, que gerirá um Fundo Social de Emergência.

Habitação e Serviços Coletivos

Habitação

A implementação da ELH continua, naturalmente, a ocupar um papel central nos objetivos deste setor, ao longo do quadriénio. Prevê-se, para 2023, a aquisição de 40 fogos, preferencialmente nas Áreas de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo, e a contratação de serviços para elaboração de projetos relativos à construção de 41 fogos para arrendamento em regime de renda apoiada. São apoiadas as soluções a desenvolver por entidades do 3.º setor e beneficiárias/os diretas/os. A par do investimento na requalificação e conservação do parque habitacional do Município, é aberto concurso para atribuição de habitações adquiridas e/ou reabilitadas.

Centro Histórico

Além do pacote de medidas de incentivo e benefícios fiscais concedidos pelo Município, e que têm tido reconhecido impacto na reabilitação urbana do Centro Histórico, avançam importantes obras, promovidas diretamente pela autarquia em edificado de elevado interesse patrimonial e espaço público. Os novos quadros comunitários de apoio abrem oportunidades de consolidação da estratégia gizada para este núcleo urbano, de forma transversal, com destaque para a requalificação de pavimentos e infraestruturas. A requalificação do Largo do Chafariz D. Maria I (com projeto em aprovação na Infraestruturas de Portugal) e da Alameda 25 de Abril, incluindo a zona do terminal rodoviário, é um importante contributo para a imagem urbana e fruição de uma das principais entradas na vila. É lançado o Estudo e Plano de Revitalização Económica do Centro Histórico e tem continuidade o desenvolvimento de projetos participados por agentes económicos locais e pela comunidade, que estimulem novas dinâmicas e vivências nesta área urbana.

Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico

Prevê-se realizar a Consulta Pública da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal durante o primeiro trimestre de 2023, com elaboração da proposta final para submissão e aprovação pelos órgãos municipais até ao final do ano. Entretanto, são desenvolvidos outros estudos estratégicos, como a "Delimitação de Zonas

Ameaçadas pelas Cheias" ou o Plano Municipal de Redução do Ruído. A cooperação próxima com as Comissões de Administração das Áreas Urbanas de Génese Ilegal continua a ser determinante para impulsionar o desenvolvimento e/ou conclusão de processos de reconversão e reforçar a coesão territorial do Concelho. Com a nova plataforma *E-paper* para o Urbanismo já disponível nos Serviços *On-Line*, o próximo ano é de permanente capacitação interna das equipas, monitorização do processo e aumento do número e tipo de pedidos a disponibilizar.

Saneamento e Infraestruturas

A idade das primeiras redes de infraestruturas construídas nos principais núcleos urbanos do Concelho e o aumento da população residente em zonas periurbanas justificam o investimento estratégico na renovação e/ou ampliação de infraestruturas e otimização de sistemas. Em 2023, tem continuidade a infraestruturação faseada em Lagoinha e Olhos de Água, bem como o esforço de conclusão de obras de urbanização em substituição dos titulares de alvarás de loteamento, com particular impacto nas urbanizações de Val'Flores e Quinta dos Farias (Pinhal Novo) e *Palmela Village* (Quinta do Anjo). Em Cajados, a rede de esgotos avança para a Travessa 5 de Outubro, Rua 5 de Outubro e Bairro do Palmelão, e conclui-se o procedimento para a execução da rede de drenagem em vários arruamentos da Carregueira/Abreu Grande (Pinhal Novo). Sublinha-se o investimento na telegestão do sistema, em baixa, de drenagem de águas residuais domésticas.

Abastecimento de Água

Neste campo, é transversal a todas as freguesias o plano de expansão e remodelação das redes de abastecimento. Com a convicção de que a Água é um direito fundamental, o Município procura garantir o acesso universal a água de excelente qualidade, de forma sustentável e mediante a aplicação de tarifários sociais, contrariando as recomendações da Entidade Reguladora. Para reforçar o abastecimento de água a Pinhal Novo, é executada a conduta adutora dos novos furos ao Reservatório da Fonte da Vaca e continuam as obras de remodelação de nós na zona sul, nomeadamente, no Bairro Xavier de Lima e das ruas Antero de Quental e Combatentes da Grande Guerra. Em Cabanas, conclui-se a substituição da rede de distribuição na Rua Miguel Cândido, entre outras, e na Lagoinha, é prolongada a rede na Avenida Marechal Gomes da Costa.

A par do investimento em captações e estações de tratamento, com a conclusão da ligação do furo RA1 ao sistema de abastecimento de Palmela, o Município está, já, a estudar novos furos, em particular, na zona das Carrascas. Para a zona nascente do Concelho, regista-se o projeto de ampliação, remodelação e reforço da rede de abastecimento ao Forninho, Asseiceira e Fernando Pó.

Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana

A recolha porta-a-porta passou a incluir, recentemente, os biorresíduos e continua a fazer caminho, com o alargamento a outros núcleos urbanos, sendo, já, visíveis os seus impactos positivos na limpeza das zonas abrangidas. A recolha mais alargada de biorresíduos é, aliás, um objetivo central do Município, que tem vindo a trabalhar no sentido da instalação pela Amarsul de uma central de recolha e destroçamento de resíduos verdes em Poceirão. Continua a aposta na renovação da frota afeta aos serviços de recolha, na ampliação da rede de papeleiras e beateiras, bem como nas ações especiais de fiscalização e limpeza, como forma de combate à deposição ilegal. A montante, desenha-se uma campanha de Educação e Sensibilização Ambiental a três anos, que promova um maior envolvimento da sociedade civil nesta temática

Proteção do Ambiente e Conservação da Natureza

Concluído o Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas, o Município dá sequência à implementação das medidas de mitigação previstas. Prevê-se a instalação de mais estações meteorológicas para a criação de uma rede de monitorização climática no Concelho, complementar à da AML. Entre os projetos desenvolvidos com a comunidade, destacam-se as EcoEmpresas, a comemoração de efemérides diversas e a consolidação das Hortas Comunitárias, com novos espaços em Quinta do Anjo e Pinhal Novo.

Paralelamente à ampliação do parque de recreio do CROA, são instalados novos parques de recreio para animais em várias localidades, bem como novos abrigos para felídeos, num permanente reforço da rede de equipamentos e cuidadoras/es, e continuam as ações de esterilização de animais abandonados, ao abrigo do programa CED.

No âmbito da OIL Poceirão e Marateca, as localidades de Águas de Moura, Poceirão e Fernando Pó são alvo de múltiplas ações de reabilitação do espaço público, jardins, fontes/fontanários e espaços de lazer, entre outros. Em Pinhal Novo, tem especial relevo a requalificação paisagística e de acessibilidades da Alameda Alexandre Herculano.

Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos

Cultura

A entrada em funcionamento de novos equipamentos culturais, ao serviço da comunidade – caso do Monte do Francisquinho, do Centro Comunitário de Águas de Moura e do Centro de Investigação do Património Cultural - a participação em redes nacionais e internacionais e a requalificação de instalações de várias coletividades, em particular, na zona nascente do Concelho, por via da OIL Poceirão e Marateca, têm impacto no aprofundamento das dinâmicas nesta área. A implementação de soluções tácteis e digitais, a adaptação de espaços e a disponibilização de conteúdos com tradução em Língua Gestual Portuguesa são algumas das medidas que contribuem para um território mais inclusivo.

No Castelo, destaca-se o estudo de estabilidade da Torre de Menagem e intervenções na Igreja de Santiago, em paralelo com a transferência dos serviços municipais para o novo Centro de Investigação. A revisão da Carta Arqueológica do Município, a conclusão do projeto museológico para a Casa Capelo e a criação do Regulamento do Museu Municipal e normas técnicas da Política de Incorporação – essencial para a candidatura à Rede Portuguesa de Museus – são marcos do trabalho a desenvolver em 2023, que conta, igualmente, com várias novas exposições e uma componente dedicada ao público infantil no Museu – A Estação. Em outubro, o IX Encontro Internacional sobre Ordens Militares reafirma Palmela como ponto de encontro obrigatório para quem estuda estas matérias.

O projeto "Os Direitos habitam nas histórias" dá o mote a várias iniciativas de caráter anual, caso do Concurso Literário e da "Hora do Conto". Além do novo Regulamento de Funcionamento da Rede Municipal de Bibliotecas Públicas, são novidades as Normas de Apoio à Edição e o Guia das Bibliotecas Sustentáveis, com o Grupo de Bibliotecas Escolares e a ENA, bem como o Prémio de Investigação do Município de Palmela. No programa de Formação para a Comunidade, continua a merecer destaque a formação de Português para pessoas estrangeiras, importante contributo para a integração de migrantes. As conversas literárias "365 Dias de Romance" trazem a Palmela os nomes maiores da literatura nacional, e a proposta "Pela Boca entra a Literatura" é aprofundada, conferindo notoriedade a este projeto diferenciador.

O Cine-Teatro S. João, ainda a celebrar 70 anos de vida, vê reforçado o seu papel enquanto principal sala de espetáculos do Concelho, com uma programação eclética e de grande qualidade, que inclui espetáculos, extensões de festivais nacionais e o tão aguardado retorno do Cinema. Também o "Palmela é Música!" continua a fazer caminho e a afirmar esta marca do território, com um programa de espetáculos, debates, homenagem à música e aos músicos e a segunda edição do "*Méee – Festival Folk*". Depois de várias edições canceladas ou com limitações impostas, devido à pandemia, prevê-se a concretização, em pleno, do calendário de iniciativas de caráter comunitário, como as Janeiras, as Serenatas em Poceirão, a Queima do Judas ou as comemorações do 49.º aniversário do 25 de Abril de 1974, sem esquecer que 2023 é ano de FIG – Festival Internacional de Gigantes, momento alto de celebração da cultura popular. De igual modo, o Município prossegue os programas de desenvolvimento cultural do Teatro, da Música, da Dança e das Artes Visuais, em parceria estreita com associações, artistas e outros agentes locais. No âmbito do apoio ao movimento associativo, releva-se, também, a fase final de revisão do Regulamento e a realização de um Encontro Concelhio.

No âmbito da OIL para as freguesias rurais, merecem destaque os projetos Acordeão e Percussão e a viatura adaptada OVO, para uma Cultura cada vez mais próxima, acessível e descentralizada.

Juventude

As políticas municipais na área da Juventude estão espelhadas, de forma transversal, em todo o Orçamento Municipal, desde incentivos ao arrendamento jovem a projetos de apoio ao emprego e empreendedorismo jovem, sem esquecer múltiplos projetos desportivos, participativos ou culturais. Sublinha-se, também, a entrada em funcionamento do novo Centro de Recursos para a Juventude de Águas de Moura, integrado no Centro Comunitário, e novas dinâmicas em áreas como a Arte Urbana, o *Street Basket* ou o *Skate*. Além de dar continuidade aos concursos de promoção de talentos, o Município aposta na qualificação e potencial de crescimento de programas centrais, que marcam a relação de parceria com o movimento associativo juvenil e grupos informais, como o "Março a Partir" e o Concurso de Bandas Amadoras de Palmela.

Desporto, recreio e lazer

O ciclo de ampliação da rede de infraestruturas desportivas ao serviço da comunidade tem sequência com a construção de uma Pista Simplificada de Atletismo, de campos de Padel e do Pavilhão Gimnodesportivo de Palmela, já em curso, além do objetivo permanente de requalificação de Espaços de Jogo e Recreio e de Polidesportivos e do apoio à realização de obras em instalações de clubes e associações. Os Programas Municipais de Desenvolvimento de modalidades continuam a ocupar um lugar central na política de promoção desportiva, a par do trabalho desenvolvido com as escolas - como os Jogos Desportivos Escolares, o "Aprender a Nadar", o "Aprender a Jogar" ou o "Ciclismo vai à Escola", alargado à EB António Matos Fortuna (Quinta do Anjo) – e a comunidade em geral, com projetos como o "Mexa-se em Palmela", o "50+ - Programa de Atividade Física" e o "Viver Melhor, Viver com Autonomia". No quadro competitivo, provas como a "*Pinhal Novo Night Run*, "a "*Palmela Run*", a "Clássica da Arrábida" ou o regresso da "*Granfondo da Arrábida*" marcam o calendário nacional e atraem milhares de atletas ao Concelho.

Funções Económicas

As Funções Económicas englobam os setores da indústria e energia, transportes e comunicações, comércio e turismo, e correspondem a 11,5 % das GOP, com uma dotação global de 4,9 ME.

Indústria e Energia

Num período em que a urgência na transição para a energia verde se coloca de forma evidente, o Município mantém o interesse na fixação de investimento e projetos de parceria, que contribuam para o cumprimento desse objetivo. Tem continuidade a migração da frota de veículos e máquinas para modos híbrido, elétrico e gás natural veicular (frota pesada) e a instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo. Com a instalação da nova rede de iluminação pública LED já concluída, aprofunda-se, em 2023, o respetivo sistema de gestão e a instalação da infraestrutura de comunicações *LoRaWan*, cuja plataforma terá aplicação prática em diversas áreas da atividade municipal. A vertente de sensibilização reflete-se em ações como a comemoração do Dia Mundial da Energia e a associação à iniciativa internacional "Hora do Planeta".

Transportes e Comunicações

O Município mantém um esforço continuado de beneficiação da rede viária municipal, prevendo-se a conclusão da segunda fase do HUB 10 (Quinta do Anjo) e a realização de mais de uma dezena de obras de pavimentação/repavimentação de vias, onde se incluem as ruas Isidoro Vitorino, 13 de Maio e da Barafunda (Lagoinha), Manuel Carvalho Domécio (Quinta do Anjo), António Joaquim Ferreira Calote, Manuel Basílio/João Petróneo, Joaquim Elias de Carvalho até à Rua do Chaparral e a segunda fase da Rua Manuel Xavier de Carvalho (Cabanas), Jaime Lopes Baião (Venda do Alcaide), dos Maios (Marquesas II) e novos troços da EM 533 e 533-1. O investimento em calçadas, acessibilidades, estacionamento consolidado e alargamento da rede de postos de carregamento de veículos elétricos são contributos para a mobilidade sustentável. Merece destaque, nesse sentido, o projeto-piloto "CicloExpresso" – um comboio de bicicletas para a escola, com circuito definido e acompanhado por monitoras/es. No contexto da OIL Poceirão e Marateca, são requalificadas as artérias

principais das aldeias de Poceirão e Águas de Moura, incluindo rebaixamento de passeios, qualificação do estacionamento e sinalética. O Município continua a monitorização permanente do cumprimento do contrato de concessão de transporte público rodoviário, na expetativa da normalização do serviço e na concretização das muitas melhorias desenhadas na rede, com reflexos positivos na vida das populações.

Comércio e Turismo

Esta área de trabalho apresenta como eixos estruturantes o Turismo Cultural, Religioso e de Natureza, o Enoturismo e a Gastronomia, e continua a assentar em parcerias estreitas com agentes do setor e outros territórios. Em 2023, pretende-se incrementar, com a presença nos *media* e em certames nacionais e internacionais, a notoriedade das campanhas "Palmela, o que seria da vida sem a viagem?" e "Palmela Conquista". Esta última, a celebrar 10 anos, está em processo de avaliação, no âmbito do *Portugal Branding* – Programa Nacional de Desenvolvimento de Marcas Territoriais, com vista ao seu alinhamento estratégico para o futuro. Sinalizar o Caminho de Santiago em Palmela e criar oferta turística associada, dinamizar os diferentes percursos pedestres do território, aprofundar as parcerias com os municípios de Silves e Guimarães, e potenciar o projeto *Centro Rural Vinum,* que afirma o potencial de Fernando Pó enquanto aldeia vinhateira, são algumas das prioridades estratégicas. Ao nível do calendário anual, merecem destaque iniciativas de referência como o *Arrábida Walking Festival*, este ano dedicado à Geologia, o Mercado Caramelo, o *Palmela Wine Jazz*, a Feira Medieval, o Fórum Turismo, o "Viva o Natal no Município de Palmela" e o Festival do Moscatel.

OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS

Feiras, Mostras e Outros Eventos Locais

A par da promoção dos Mercados Municipais de Palmela e de Pinhal Novo, com a dinamização de iniciativas complementares com a participação de artesãs/ãos e microempresas, continuam a ter destaque o Mercado da Aldeia e os Mercadinhos d'A Moura e de Poceirão.

O Festival Queijo, Pão e Vinho, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó e a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão são importantes contributos para a valorização dos produtos endógenos, objetivo central que tem prossecução, igualmente, em projetos como o Plano de Ação para a Valorização da Maçã Riscadinha, a monitorização e apoio ao Queijo de Azeitão e certificação de produtos, e o novo Plano de Ação para a Valorização da Fogaça de Palmela. Continuam os trabalhos de implementação do POMAR – Plano Operacional Municipal para a Alimentação Resiliente e do programa "Palmela Bio", de promoção da agricultura biológica, que enquadra a participação do Município na *FoodLink* – Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares.

Emprego e Empreendedorismo

Num contexto particularmente difícil para as empresas, o Município dá sequência ao diagnóstico do tecido empresarial e económico, para aferir as carências e constrangimentos atuais, e agir em conformidade. Qualificar e promover as principais áreas de concentração de empresas, dotando-as de melhores infraestruturas, é um objetivo essencial para a atratividade e fixação de investimento. No âmbito da Incubadora de Empresas de Pinhal Novo, é renovado o Plano de Ação. Com vista à continuada qualificação e inovação do tecido económico, o Município mantém a aposta na cooperação com os agentes do setor e, em particular, com centros de conhecimento, que ajudem a potenciar os ativos locais e abram novas linhas de desenvolvimento.

OUTRAS FUNÇÕES

Os processos de transferência de competências da Administração Central para o Município, e do Município para as freguesias, continuam a marcar sobremaneira as dinâmicas de trabalho, com fortes impactos na atividade, nas equipas e no orçamento. O total de transferências financeiras para as Juntas, a concretizar em 2023, será superior a 2,6 ME.

O Município assume a Presidência da Assembleia da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento, com profunda responsabilidade e convicção no papel que a cooperação internacional desempenha no caminho para o verdadeiro progresso e para a Paz. Nesse sentido, estreita laços fraternos com os territórios parceiros, nomeadamente, em Cabo Verde, mas também com territórios em todo o mundo que partilham objetivos comuns, em áreas como a cultura, a economia ou o turismo, sempre com a certeza de que aquilo que nos aproxima será sempre mais importante e enriquecedor do que aquilo que nos separa, e de que aquilo que conseguirmos construir em 2023 será determinante, em termos locais e globais, para definir o futuro.

Proposta

A presente proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano foi elaborada de acordo com as regras do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), incluindo, em termos de estrutura e conteúdos, as inovações introduzidas por este novo referencial contabilístico, que revogou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), à exceção da elaboração de demonstrações financeiras previsionais, cuja obrigatoriedade para as entidades da administração local se encontra suspensa por efeitos do art.º 105.º da Lei n.º 12/2022 de 27 de junho e das normas relativas ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento (pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1. do POCAL).

Do ponto de vista programático o Orçamento para o ano económico de 2023 dá sequência ao novo ciclo autárquico, correspondente ao quadriénio 2021-2025, pelo que as Grandes Opções do Plano incluem a maioria dos compromissos constantes do Plano de Trabalho sancionado nas eleições de setembro de 2021, e reflete, pela primeira vez na sua totalidade, o impacto do processo de transferência de competências da administração central para os municípios e destes para as freguesias. Tendo em consideração a complexidade deste processo e a incerteza que permanece ao nível dos montantes a transferir para os municípios – ainda decorrem negociação sobre algumas matérias – e sobre o saldo financeiro real resultante da assunção pelas freguesias de competências municipais (nomeadamente ao nível das despesas com pessoal), só no final do ano de 2023 será possível dispor de uma avaliação rigorosa do esforço financeiro suplementar que o município terá de assumir – como se poderá constatar pela leitura do presente orçamento, os primeiros sinais não são animadores e suscitam sérias preocupações em termos de impacto futuro nas finanças locais, com acréscimos líquidos da despesa municipal.

Ainda no plano programático o ano de 2023 encerra o «Portugal 2020» – prevendo-se a conclusão de alguns projetos e o consequente encerramento de candidaturas com os respetivos pagamentos finais – , consolida e dá expressão financeira muito substantiva à implementação da Estratégia Local de Habitação e de outros projetos financiados pela Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e, espera-se, deverá dar início ao novo quadro comunitário de apoio – «Portugal2030» – com a abertura de avisos para a apresentação de candidaturas.

Em termos financeiros o enquadramento macroeconómico do orçamento municipal 2023-27 é, ao contrário do ano transato e pelas razões publicamente conhecidas, declaradamente pessimista. No momento da preparação do orçamento de 2022 as expetativas eram – legitimamente – otimistas: o controlo da pandemia e o consequente retorno gradual à normalidade do funcionamento sociedade e da economia, conjugado com o início do novo quadro comunitário e do PRR, permitiam perspetivar um crescimento robusto da economia para 2022 (5%) e mais moderado para os anos seguintes (2%). No atual contexto, com o agravamento da pressão inflacionista, uma crise energética de dimensões inesperadas e as consequências diretas e indiretas geradas por um conflito armado com potencial para afetar a economia mundial, as expetativas apontam para uma recessão em 2023 e 2024, e uma potencial recuperação em 2025. Assim, segundo as últimas estimativas de diversos organismos, o crescimento do PIB em 2023 será de 2% – bem abaixo da previsão para 2022, que se situa nos 6,7% – devendo manter-se em valores dessa ordem nos anos subsequentes. A esperada recuperação em 2025 dependerá em grande medida da evolução do conflito armado na Ucrânia.

Apesar da inversão do cenário macroeconómico relativamente ao ano transato deve-se, contudo, sublinhar que todas as estimativas referem um crescimento, ainda que modesto, do PIB o que por si só constitui um elemento positivo: abranda o crescimento, mas não se prevê uma retração como ocorreu na crise de 2008.

Apesar desta visão pessimista relativamente à evolução da economia mundial e seus reflexos nas finanças municipais, a que se junta o clima de grande incerteza gerado pelo contexto de guerra na europa, as condições de partida do exercício de 2023 são francamente positivas, com disponibilidades financeiras suficientes para suportar o investimento já contratado e/ou comprometido, uma razoável «carteira» de candidaturas e/ou projetos cofinanciados aprovados, e uma folga orçamental para acudir a algum imprevisto, desde que de dimensão moderada.

Este quadro financeiro inicial resulta, em grande medida, do efeito conjugado de quatro fatores: (1) o bom desempenho da receita municipal em 2022, em particular dos impostos diretos (com um crescimento substantivo do IMT e da Derrama); (2) a arrecadação de receita não prevista no final do ano decorrente de transferências do orçamento de estado, muito em particular do acerto de valores não transferidos do Fundo Social Municipal relativos aos anos de 2019 a 2021; (3) a utilização em pleno das disponibilidades geradas pelas candidaturas a fundos comunitários.; (4) a capacidade para conter o crescimento da despesa nos limites das disponibilidades existentes, apesar da forte pressão inflacionista.

Neste contexto, o orçamento inicial de 2023 tem um crescimento face ao de 2022, na ordem dos 20,6 %,

- 62,4 milhões correspondem à receita própria do município, que cresce em devido aos bons resultados, em 2021 e 2022, dos impostos diretos – que afetaram positivamente a média dos 24 meses – e do aumento das transferências do Orçamento de Estado (FEF, FSM, Participação no IRS, Participação no IVA, transferência de competências);
- 2,5 milhões correspondem a comparticipações dos fundos comunitários de candidaturas aprovadas;
- 5,1 milhões correspondem à Estratégia Local de Habitação a financiar pelo Plano de Recuperação e Resiliência - PRR e pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana-IHRU;
- 1 milhão de euros correspondem a transferências do orçamento de estado para financiar investimentos da responsabilidade da administração central (Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária de Palmela e Regularização da Ribeira da Salgueirinha, 2ª fase);
- 1,4 milhões correspondem a empréstimos bancários contratados.

Este crescimento permite prosseguir uma política fiscal mais favorável para as famílias – nomeadamente através de nova redução da taxa do IMI –, a manutenção da tarifa da água (que não sofrerá qualquer aumento em 2023 apesar do crescimento significativo da taxa de inflação), a oferta de novos benefícios sociais e o reforço dos existentes, e ainda, o aumento da capacidade de endividamento, que se revela indispensável para financiar o volume de investimento inscrito no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para os anos seguintes.

No capítulo da despesa mantém-se a perspetiva de uma parte substancial do aumento das disponibilidades financeiras do município ser absorvida com compromissos e encargos existentes, em consequência do efeito conjugado de diversos fatores, nomeadamente: crescimento da taxa de inflação; crescimento exponencial da necessidade de contratação de alguns bens e serviços (caso da higiene e limpeza urbana nas suas diferentes vertentes); assunção de novos compromissos em resultado do processo de transferência de competências; necessidade de novas contratações de pessoal, desbloqueamento das progressões e promoções.

Em virtude de o crescimento da receita não resultar, em 2023 e anos seguintes, num aumento da capacidade de autofinanciamento, será necessário contratar um novo empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiar parte dos investimentos constantes do plano de trabalho para o mandato, inscritos ou a inscrever no Plano Plurianual de Investimentos. O montante global do empréstimo, a lista dos investimentos a financiar e respetivo calendário, serão definidos logo que seja possível efetuar, com o rigor possível, as estimativas orçamentais e programação física e financeira das obras a incluir no empréstimo. Contribuirão ainda para o processo de decisão a aferição das condições de candidatura a financiamentos comunitários no âmbito do «Portugal2030».

Em suma, com a informação de que dispomos, podemos concluir:

1. que 2023 será um ano muito exigente, marcado pela imprevisibilidade, forte abrandamento do crescimento do PIB e uma possível recessão económica;

2. que fruto das opções de gestão tomadas nos últimos anos (de agir com prudência, contendo a despesa, em particular a de natureza mais rígida e evitando cortes bruscos na estrutura da receita; de buscar permanentemente ganhos de eficiência nas despesas de funcionamento, de modo a permitir continuar a

libertar recursos para o investimento e para a atividade; de implementação de uma política agressiva de obtenção de apoios e financiamentos externos; de gerir os saldos de gerência com parcimónia e numa perspetiva plurianual, entre outras) o município dispõe de meios para financiar o investimento e a atividade programadas para 2023 e ainda de uma folga orçamental para acomodar eventuais imprevistos.

Financeiramente, a proposta carateriza-se por:

1. Orçamento

O Orçamento apresenta um valor global de 72,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 20,6% relativamente ao orçamento inicial de 2022 e menos 11% face ao orçamento em vigor (o qual incorpora o saldo de gerência de 2021).

O conjunto dos Impostos Diretos totaliza 28,2 milhões de euros, registando um aumento de 18%, continuando a ser o capítulo com maior peso no total da receita (38,9%). O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, calculado com base na média dos últimos 24 meses, é a principal componente dos Impostos Diretos.

As transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, participação variável no IRS e participação do IVA) totalizam 10,2 milhões de euros e representam 14,1% do total das receitas orçamentadas.

O capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades, no valor global de 5 milhões de euros, representa 6,9% do total das receitas. Finalmente, o capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, no valor global de 11,5 milhões de euros, representa 15,8% do total das receitas, registando um acréscimo de 5,2% relativamente a 2022.

Apesar das receitas ordinárias (receitas próprias mais transferência do estado resultantes da participação do município nos impostos nacionais) se situarem nos 62,4 milhões de euros, o orçamento da receita proposto tem o valor de 72,6 milhões de euros. Este diferencial resulta da inclusão na receita de comparticipações no âmbito de candidaturas ao «Portugal 2020», ao PRR e IHRU, no âmbito da Habitação, transferências de competências no âmbito da educação e saúde, bem como de verbas provenientes da utilização de empréstimos contratados. As despesas com investimento situam-se nos 14,2 milhões de euros no orçamento inicial.

Os recursos financeiros são afetos às seguintes funções:

- Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: 42,6 milhões de euros (58,7%), dos quais 14,2 milhões correspondem a investimento (33,3%);
- Pessoal: 27,7 milhões euros (38,2%);
- Despesas não imputadas às GOP: 2,3 milhões euros (3,1%).

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura da Receita e Despesa para o ano 2023.

unidade: euro

RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
Impostos Diretos	28 247 369,00	38,9%	Pessoal	27 688 598,00	38,2%
Impostos Indiretos	1,00	0,0%	Aquisição Bens e Serviços Correntes	20 095 857,00	27,7%
Taxas Coimas e Outras Penalidades	5 030 797,00	6,9%	Encargos Correntes da Divida	385 789,00	0,5%
Rendimentos de Propriedade	26 094,00	0,0%	Transferências Correntes	6 659 180,00	9,2%
Transferências Correntes	17 797 665,00	24,5%	Subsidios	790 000,00	1,1%
Venda de Bens e Serviços Correntes	11 472 633,00	15,8%	Outras Despesas Correntes	412 584,00	0,6%
Outras Receitas Correntes	20 000,00	0,0%			
Total Receitas Correntes	**62 594 559,00**	**86,3%**	**Total Despesas Correntes**	**56 032 008,00**	**77,2%**
Venda Bens de Investimento	10 474,00	0,0%	Aquisição de Bens de Capital	14 554 985,00	20,1%
Transferências de Capital	8 488 845,00	11,7%	Transferências de Capital	398 605,00	0,5%
Passivos Financeiros	1 457 921,00	2,0%	Ativos Financeiros	0,00	0,0%
Outras Receitas de Capital	2,00	0,0%	Passivos Financeiros	1 571 753,00	2,2%
Total Receitas de Capital	**9 957 242,00**	**13,7%**	Outras Despesas de Capital	100,00	0,0%
Outras Receitas	**5 650,00**	**0,0%**	**Total Despesas de Capital**	**16 525 443,00**	**22,8%**
Total Receita	**72 557 451,00**	**100,0%**	**Total Despesa**	**72 557 451,00**	**100,0%**

As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de 6,6 milhões de euros, que financia despesas de capital. Nos termos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a regra do equilíbrio orçamental é cumprida, existindo um diferencial positivo de 4,5 milhões de euros.

Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de 58,2 milhões de euros, dos quais 42,6 milhões com financiamento assegurado, aumentando 17,6% quando comparado com o valor das GOP iniciais do ano de 2022 e apresenta a seguinte estrutura:

OBJETIVO	2023		
	Total (€)	Definido (€)	Não Definido (€)
Funções Gerais	**6 305 291**	**4 307 641**	**1 997 650**
Serviços Gerais da Administração Pública	5 278 658	3 646 008	1 632 650
Segurança e Ordem Públicas	1 026 633	661 633	365 000
Funções Sociais	**38 826 494**	**31 387 552**	**7 438 942**
Educação	8 631 958	6 971 066	1 660 892
Saúde	797 966	717 966	80 000
Segurança e Ação Social	722 381	613 381	109 000
Habitação e Urbanismo	6 610 348	5 818 148	792 200
Ordenamento do Território	59 195	15 795	43 400
Saneamento	5 415 879	3 982 679	1 433 200
Abastecimento de Água	2 925 735	2 119 435	806 300
Resíduos Sólidos	6 591 525	6 093 525	498 000
Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	2 574 343	1 764 843	809 500
Cultura	2 335 712	1 703 062	632 650
Desporto, Recreio e Lazer	2 161 452	1 587 652	573 800
Funções Económicas	**10 616 733**	**4 922 733**	**5 694 000**
Indústria e Energia	1 766 200	1 711 200	55 000
Transportes e Comunicações	7 783 250	2 416 250	5 367 000
Comércio e Turismo	832 533	572 533	260 000
Outras Funções Económicas	234 750	222 750	12 000
Outras Funções	**2 492 604**	**1 991 604**	**501 000**
Total	**58 241 122**	**42 609 530**	**15 631 592**

2. Atualização da Tabela de Taxas

A Lei 53-E/2006, no seu n.º 1 do Artigo 9.º, refere que os orçamentos anuais das autarquias podem atualizar os valores das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respetivos de acordo com a taxa de inflação, princípio transposto para o Regulamento e Tabela de Taxas Municipais do Município de Palmela (cf. Artigo 5.º do RTTM). Nesse sentido e face ao crescimento de preços verificado e seu impacto na estrutura de custos do município, considera-se imprescindível atualizar as taxas municipais, de acordo com a variação do índice preços no consumidor (IPC) dos últimos 12 meses em outubro, fixado pelo INE, em 6,65%. Deverão ser excecionadas desta atualização as taxas fixadas por disposição legal específica e ainda a Taxa de Ocupação do Subsolo, prevista no n.º 5.1 do Capitulo VII do RTTM, visando-se nesta opção municipal, contribuir para a atenuação do impacto do aumento do gás nos consumidores finais.

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** submeter à aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027, bem como a atualização dos valores da Tabela de Taxas em 6,65%, ao abrigo do n.º1 do artigo 9.º da Lei 53-E/2006, na sua atual redação, com exceção dos valores que nela constem que sejam fixados por disposição legal específica e da taxa prevista no n.º 5 do Capítulo VII do RTTM."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, está a dois minutos dos seus sessenta."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Terminei Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado pelos seus, cinquenta e oito minutos.

Caríssimos, muito obrigado ao Sr. Presidente de Câmara, este orçamento tem um pequeno lapso, falta aqui uma página, estivemos a assinar todas e, portanto, falta aqui uma página que é com a votação do Conselho Municipal de Juventude que deve constar e não consta, consta única exclusivamente a aprovação da proposta feita pela Sra. Vereadora, portanto, o Sr. Diretor Departamento já se comprometeu a colocar aqui uma adenda posteriormente e a assinar tudo isso.

Meus amigos, vamos à discussão?

Quem quer intervir por favor?

Muito bem, Carlos Valente, MCCP."

O **Sr. Carlos Valente do MCCP:**

"Muito obrigado Sr. Presidente da Assembleia Municipal, permita, em primeiro lugar, cumprimentar todos em seu nome, depois, também desejar umas boas festas a todos, uma vez que, não sei se voltarei a intervir e, portanto, fica aqui a nota. Depois, agradecer também ao Sr. Presidente da Câmara, pela explicação extensa e detalhada que fez do orçamento. O MCCP fez uma análise deste orçamento de onde retirou algumas conclusões que mencionarei ao longo da minha intervenção e colocarei algumas questões de dúvidas suscitadas durante o estudo mesmo.

No relatório de enquadramento da política orçamental onde se faz uma análise da situação económica do país, bem como se referem as mais diversas projeções para a evolução da economia realizadas pelas entidades nacionais como o Conselho de Finanças Públicas e o Banco de Portugal e entidades internacionais, como o FMI e a Comissão Europeia OCDE, parece-nos muito bem feito e equilibrado. Quando a certo momento é mencionado que para o enquadramento macroeconómico do orçamento municipal serão consideradas exclusivamente as projeções do Conselho de Finanças Públicas, no que respeita ao crescimento do PIB e da inflação, também nos parece uma decisão equilibrada e adequada, pois, embora todas as projeções sejam otimistas face à realidade da economia atual prevendo-se mesmo já uma recessão para dois mil e vinte e três, entendemos que alguma referência tivesse que ser considerada para a realização do orçamento.

Depois e no que respeita a perspetivas das receitas municipais pela via da cobrança de impostos diretos e indiretos, temos que reconhecer que é feita uma análise muito precisa das condicionantes dos últimos anos, bem como a previsão relativa aos próximos anos.

Neste capítulo das receitas é referido que para os próximos quatros anos e mantendo-se a redução prevista da taxa de IMI e a atualização das tarifas de bens e serviços, bem como das taxas em função dos valores da inflação e da tendência recente do crescimento dos impostos indiretos as receitas próprias deverão atingir em dois mil e vinte e sete cerca de quarenta e nove virgula sete milhões, mais cinco milhões em relação à receita prevista para dois mil e vinte e dois.

Mais especificamente ainda no que respeita a receitas, uma afirmação contida na página dezoito, final do penúltimo parágrafo, suscitou dúvidas, é mencionado que no que diz respeito ao IMI a autarquia prevê devolver às famílias cerca de vinte e nove milhões de euros entre os anos de dois mil e vinte e três e vinte e sete, não entendemos quais os cálculos efetuados para retirar tal conclusão e agradecíamos uma explicação a esta Assembleia.

Quanto ao IMT receitas de licenciamento imobiliário, derrame, taxas, multas, e outras penalidades, parece-nos que, embora as previsões para os próximos anos seja de prudência, tendo em conta que se prevê uma crise profunda a previsão expressa no documento demasiado pessimista, mas é só uma opinião, no que respeita à

venda de serviços para a autarquia, abastecimento de água e recolha e tratamento de águas residuais e a recolha e tratamento de resíduos sólidos, constatamos que a explicação dada referente à compensação relativa aos cuidados a ter com o ambiente nos custos tidos com a SIMARSUL e a AMARSUL, nos parecem bem explicados.

No que diz respeito às transferências da Administração Central, mais uma vez se descreve o incremento das receitas de dez virgula dois milhões em dois mil e vinte e dois para dez virgula oito em dois mil e vinte e três, sem contar com as transferências do Estado referentes as transferências de competências página vinte e seis, em resumo e fazendo uma análise histórica desde dois mil e dezasseis, em relação às receitas totais, temos que em dois mil e dezasseis tínhamos quarenta e dois virgula cinco milhões, dois mil e dezassete, quarenta e cinco virgula cinco por aí, fora até dois mil e vinte e três com setenta e dois virgula cinco, significa isto que, em termos de receitas as mesmas cresceram setenta virgula seis por cento entre dois mil e dezasseis e dois mil e vinte e três, de quarenta e dois virgula cinco para setenta e dois virgula cinco, o que parece ser um aumento muito significativo para dar margem de progressão para o desenvolvimento do município.

De referir, neste momento que o Sr. Presidente da Câmara mencionou na última Assembleia Municipal a respeito da redução da taxa de IMI que, e passo a citar; "*não se faz política distribuindo impostos, faz política aplicando bem os impostos dos cidadãos, teremos oportunidade de ver no plano e orçamento quais as medidas que terão impacto e eu farei questão de as contabilizar no seu todo anualmente do investimento de milhões que é feito para combater as desigualdades*", *ipsis verbis*, tirei da gravação feita online. Concordamos com a afirmação, mas temos dúvidas quanto à capacidade do atual executivo de conseguir demonstrar as medidas de investimento de milhões e como são aplicados os impostos para o desenvolvimento concelho Palmela, senão vejamos, quando analisamos com mais atenção o ponto um ponto três, a caracterização da proposta das Grandes Opções do Plano a partir da página cinquenta e dois, damo-nos conta que os objetivos e ações propostos são em muitos casos, os mesmos que nos anos anteriores, mas este facto até poderia ser encarado com alguma normalidade, pois quando se desenvolvem documentos desta natureza pode acontecer que aqui, e ali, nos falhem alguns estados de atualização.

Ora feita essa análise, concluímos que não se trata de uma falha aqui ou ali, isto é, a ideia que fica em muitos casos é que as ações definidas para o ano anterior se mantêm e atualizado apenas o ano para ser compatível com o ano a que se refere o documento, passo a citar alguns exemplos para melhor me fazerem entender. No subtítulo Informação e Comunicação, na página cinquenta e três, é praticamente igual na totalidade, mas o início das frases foi adaptado com as palavras com o mesmo significado em relação ao documento do ano de dois mil e vinte e dois, página quarenta e sete, e também com o documento relativo ao ano de dois mil e vinte e um, página cinquenta e um.

No subtítulo Qualidade e Modernização Administrativa, da página cinquenta e cinco, não é feito seguimento do que se passou ou o que estava proposto no ano 2022. Em 2022, na página quarenta e nove, propunha-se o executivo a realizar e aprovar o mapeamento dos processos e procedimentos ao longo do ano, dando seguimento ao projeto implementação do sistema de gestão da qualidade da autarquia.

Em 2023, menciona-se apenas que se pretende implementar um sistema de gestão da qualidade baseado na norma "*ISO 9000*". De notar também que o mesmo objetivo era mencionado no documento em dois mil e vinte e um, página cinquenta e três, ficamos com a ideia que regredimos, a pergunta que fazemos é, foram mapeados processo e aprovados procedimentos? quais as metas e para quando?

O sistema de gestão da qualidade é de uma entidade deve ser encarado como uma ferramenta de eficácia e eficiência e não para se poder participar nos prémios de qualidade da Associação de Municípios da região de Setúbal ou outros quaisquer.

No âmbito do subtítulo da Participação e Cidadania não verificámos qualquer iniciativa de evolução dos processos de envolvimento dos cidadãos e trabalhadores, o texto mantém-se praticamente igual ao do documento anterior, caso para perguntar senão existem outras ações ou indicadores que permitam orientar o executivo para o que está a correr bem o que está a correr mal.

No caso do subtítulo Proteção Civil e Luta Contra Incêndios, na página cinquenta e nove e tendo em conta que o concelho foi assolado por um grande incêndio no ano de dois mil e vinte e dois, penso que deveríamos ter tido mais cuidado e ter olhar para este tema com mais atenção, ao analisar os orçamentos dos últimos anos

detetei que o texto se repete praticamente na íntegra ao longo dos últimos oito anos, sim, oito anos desde dois mil e dezasseis até dois mil e vinte e três, temos praticamente os mesmos objetivos no que respeita à proteção civil e prevenção de incêndios, existe um destes objetivos que gostaria que me explicasse do porquê de ainda não ter sido realizado, que é, a revisão do plano de emergência externo da "HEMPEL Systems Ltd.", consta do orçamento desde 2016 e constará agora para 2023, estou certo que haverá uma explicação plausível.

Depois, ao avançar para as Funções Sociais, é importante realçar que na área da Educação foi feito um bom trabalho de descrição dos objetivos e ações a desenvolver não só para o ano de 2023, mas também para os anos seguintes. Nesta área registamos o aumento de investimento por parte do município de quatro para sete milhões.

Na área da Saúde, registamos também um aumento de despesa de cerca de cem mil euros, em dois mil e vinte e dois para mais de setecentos mil, não havendo qualquer referência a que se deve este aumento as ações descritas quer no âmbito da Saúde ocupacional e social para os trabalhadores quer na cooperação com o sistema local de saúde não são muito diferentes quando comparadas com as descritas do documento de dois mil e vinte e dois.

Já na área da Segurança Ações Sociais ficamos confusos, porque, desde dois mil e dezasseis a primeira frase é exatamente igual, mencionado que as dotações inscritas neste objetivo se destinam na sua totalidade a dois projetos, Cooperação Institucional e Programas e Projetos de Intervenção Social e Beneficiação Conservação e Funcionamento de Equipamentos Sociais, depois não é esclarecedor em termos de tendências, se o município tem tido sucesso no apoio social aos munícipes e se é preciso ou não antecipar mais apoios, do que vemos das verbas inscritas, tivemos em dois mil e vinte e um cerca de um milhão e cem mil euros, em dois mil e vinte e dois baixou para quatrocentos mil e em dois mil e vinte e três, prevemos seiscentos mil euros, mas, na verdade comparativamente com dois mil e vinte e um, baixa quinhentos mil euros, o que parece contraproducente face à perspetiva de uma recessão económica com todas as consequências, que se preveem para os mais desprotegidos.

Tendo em consideração que teremos o maior orçamento de sempre, com as receitas em recorde absoluto justificava-se aqui um reforço das verbas mais relevante até para fazer face ao projeto de criação do Fundo Social de Emergência. Seria em áreas como esta que se deveriam aplicar os impostos coletados como forma de reduzir as desigualdades como referiu o Sr. Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal.

Por último mencionar que esperamos que seja em dois mil e vinte e três que o diagnóstico social e o plano de desenvolvimento social sejam concluídos, uma vez a vêm sido mencionados desde dois mil e vinte e um. No objetivo Habitação e Serviços Coletivos mais especificamente no programa habitação registamos que o que estava previsto em dois mil e vinte e dois, passou na íntegra de para dois mil e vinte e três, o Sr. Presidente hoje até já explicou que os números são iguais, portanto, queríamos adquirir quarenta fogos em 2022 e já os adquiríamos e agora queremos adquirir quarenta fogos em dois mil e vinte e três, mas depois também há vinte e um fogos e sessenta e dois, os números são sempre iguais, se são sempre os mesmos objetivos em número absoluto, peço desculpa pela confusão, mas o que nos parece é que não foi atualizado.

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Sr. Presidente falou com micro desligado."

O **Sr. Carlos Valente do MCCP:**

"Só estou a mencionar o que está escrito no orçamento."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Senhor Presidente, estamos a discutir o orçamento."

O **Sr. Carlos Valente do MCCP:**

"No que diz respeito ao programa de resíduos sólidos e limpeza urbana aplaudimos a intenção do município implementar uma grande campanha de educação e sensibilização ambiental ao longo de três anos, que está na página setenta e quatro. No entanto, chamamos a atenção que este deve ser um projeto integrado com definição de indicadores de desempenho como forma de medir a sua eficácia, e não um conjunto disperso de iniciativas como tem acontecido nos últimos anos.

No programa de Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, registamos as ações previstas, no entanto, parece-nos ser um plano pouco ambicioso e quando percebemos, por exemplo, que no caso do projeto de requalificação da Alameda Alexandre Herculano em Pinhal Novo, em termos de arranjo paisagístico e acessibilidade da página setenta e seis, a dotação prevista é de apenas vinte mil euros em dois mil e vinte e três e nada para os anos seguintes, leia-se página cento e sessenta, duvidamos do alcance do projeto.

Já nas Funções Económicas, especificamente o objetivo Indústria e Energia, registamos com agrado as medidas propostas e esperamos que venham a ter um reflexo em termos de sustentabilidade ambiental e financeira.

No objetivo dos Transportes e Comunicações, mais uma vez verificamos a falta de sensibilidade para os problemas ambientais quando se continua a construir novos pavimentos em asfalto nas zonas rurais, já existem soluções amigas do ambiente, nomeadamente solo cimento. Chamamos também a atenção para que a Calçada Portuguesa deverá apenas ser utilizada em zonas de percursos muito específicos, a solução com pavê é duradoura, bonita, e mais barata na colocação.

Finalmente no objetivo funções económicas aplaudimos a iniciativa de estudo e diagnóstico aprofundado do tecido empresarial em todas as suas vertentes com o intuito de identificar as principais carências e constrangimentos dos agentes económicos do concelho e ficamos a aguardar as conclusões.

Durante a leitura, e isto são detalhes do documento, foram também detetadas falhas pequenas que deveriam ser corrigidas que passo a citar; no capítulo da despesa, e mais especificamente no título pessoal, existe um erro de soma, pois no final da página, vinte e oito é mencionado que, entre dois mil e dezanove e dois mil e vinte, houve um incremento de catorze trabalhadores aumentando novecentos e catorze para novecentos e vinte e dois, deveria ser oito. Na página trinta e seis, segundo parágrafo do capítulo do investimento dá ideia que não foi atualizado, pois diz, a partir de dois mil e vinte e dois, vai ter início e está no documento exatamente igual do orçamento de dois mil e vinte e dois. Na página quarenta e seis, o gráfico relativo às dotações iniciais da despesa deveria ter anos dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, mas não corresponde está lá dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e dois, não foi atualizado.

Para terminar a minha intervenção, recomendamos que o documento do orçamento e grandes Opções do plano seja revisto na sua totalidade, pois na sua estrutura atual é um documento que se torna cansativo para quem o faz, mas também para quem o lê, é um documento demasiado extenso e não possui um fio condutor ou uma estratégia clara para o município, não é possível perceber onde estamos, e para onde queremos prosseguir, nem quais as grandes prioridades para o concelho ou como estas se interligam no seu desenvolvimento, os objetivos e ações propostas não são verificados de ano para ano o que provoca repetições sucessivas como demonstrado e não possuem métricas que possam medir a sua eficácia.

Embora o documento para o ano de dois mil e vinte e três, possua ações com as quais concordamos também possui erros e orientações onde não nos revemos e, como tal, o nosso voto será de abstenção.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Carlos Valente.

Patrícia Caixinha, Partido Socialista.

Não tenho mais inscrições."

A **Sra. Patricia Caixinha do PS:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Bem, começo pelo reconhecimento aos técnicos e às técnicas da autarquia envolvidos na elaboração deste documento, referir que continua a ser e como já foi referido pelo meu colega que me antecedeu um documento muito técnico e demasiado extenso, que dificulta a sua análise, a sua interpretação, o que necessariamente condiciona uma discussão mais fluída e profícua.

Quero congratular a tentativa de mitigar este constrangimento com uma sessão de esclarecimento sobre o documento que foi concedido aos líderes de bancada, no âmbito da Comissão de Finanças recursos humanos e organização e segurança e aqui gostaria de realçar o cuidado e o esforço em procurar-se desconstruir um documento num discurso mais simplificado, e tenho, nomeadamente que referir aqui o papel de esclarecimento do técnico Paulo Pacheco, porque, nessa sessão, foi, de facto, incansável. Não obstante, por vezes mais é menos, o que se verifica que, apesar de neste mandato, recebermos a documentação para preparação das sessões da Assembleia Municipal com mais antecedência, para um documento desta dimensão, e deste teor tão denso acaba por se revelar insuficiente o tempo e a dedicação quando existem responsabilidades laborais, responsabilidades familiares e pessoais, que acumulam com a participação cívica e política.

Sobre o documento, depois de uma apresentação tão entusiasta e tão positiva Sr. Presidente, eu por momentos pensei que tivesse analisado um documento diferente, no entanto este documento começa por referir o chavão da sustentabilidade para justificar e argumentar a utilização dos recursos por parte da autarquia expresso neste documento estratégico para a sua atuação e intervenção local. Ora em termos semânticos sustentabilidade refere-se à capacidade de satisfazermos as necessidades do presente sem comprometer as capacidades e os recursos das gerações do futuro. Da análise global a este documento não poderia deixar de referir a nossa preocupação com a sua sustentabilidade na essência do conceito, atendendo que não parece refletir um verdadeiro compromisso em satisfazer as necessidades atuais da população deste município. Por outro lado, implicitamente compromete as capacidades e os recursos das gerações do futuro pela ausência de planeamento estratégico em termos de investimento e criação de oportunidades para as gerações vindouras. Apesar de ser mencionado um aumento de vinte virgula seis por cento face à dotação inicial de dois mil e vinte e dois, o que representa mais doze ponto quatro milhões de euros, este Orçamento e Grandes Opções do Plano, pouco ou nada, acrescenta como inovador que nos permita prever a satisfação das necessidades da população no agora, ou vislumbrar a satisfação das necessidades das gerações futuras, se não fossem as verbas referentes à transferência de competências e aos investimentos do plano de recuperação e resiliência teríamos o mesmo marasmo dos anos e documentos anteriores como até já foi aqui referido, e aqui importa referir que, em dois mil e vinte e três, a previsão é de que serão as transferências dos fundos comunitários e as comparticipações do Orçamento de Estado que representam a grande fatia dos apoios para investimentos e estamos a falar de dez ponto um milhões de euros provenientes de fontes externas.

Temos um orçamento cujo valor global é de setenta e dois milhões e meio de euros, as receitas têm vindo a aumentar e de forma sustentada, mesmo com o alívio dos impostos às famílias deste concelho, medida que, aliás, tem vindo a ser apresentada pelo Partido Socialista nesta autarquia, mas mesmo com esse aumento de receita não vemos uma aplicação ajustada e adequada em investimento desse ganho financeiro, senão vejamos, é-nos apresentado um documento que se apresenta como um forte investimento na área social em resposta ao impacto, porque o contexto atual terá em dois mil e vinte e três, nas vidas das famílias.

Não conseguimos identificar em termos sociais, por exemplo, nas Grandes Opções do Plano que medidas, ou que políticas locais é que serão implementadas pelo município para apoiar socialmente, quer as famílias quer as instituições do concelho que estão, e serão fortemente afetadas durante o próximo ano. Depois da leitura feita ao documento constatamos que os projetos também, os que já existem, são replicados e que, na verdade aquilo que se vê como incremento nas funções sociais são nada mais do que a incorporação das verbas provenientes da descentralização de competências. Depois existe também ainda nas relações sociais, uma referência à estratégia local de habitação e sobre isto recordo que esta foi aprovada em fevereiro de dois mil e vinte e um nesta Assembleia Municipal e que, em junho desse mesmo ano, foi assinado um acordo de colaboração que permite a este este munícipe implementar a sua a sua estratégia local de habitação, bem, sabemos que é um acordo de seis anos, mas decorrido ano e meio, estamos em crer que já poderia ter feito muito mais para encontrar soluções habitacionais que satisfaçam as necessidades da população.

Estão identificados duzentos e cinquenta e sete agregados, quinhentas e oitenta e duas pessoas, para efeitos de estratégia habitacional em Palmela. A estratégia local habitacional do município contempla a aquisição e reabilitação de cento e uma habitações a construção de raiz de sessenta e duas habitações, a reabilitação de treze habitações do Plano de Recuperação e Resiliência. Depois há que ter em conta e essas preocupações já as manifestamos no requerimento que entregamos hoje, é que no que toca à habitação acessível para os jovens, onde é que se localizam, que tipologia têm, qual o estado em que se encontram.

Depois, outro aspeto a realçar neste documento é o turismo, esperávamos de facto, haver um investimento e um projeto mais revigorante nesta área, com programas ambiciosos e inovadores até pela riqueza dos recursos naturais que o concelho tem e que por si só servem de fonte de atração.

Finalmente não poderia deixar de mencionar pela sensibilidade que tenho ao tema, o com importante seria ver refletido neste orçamento, uma verba destinada às questões de género, até porque o plano municipal para a para a igualdade e não discriminação da autarquia com início em dois mil e vinte e um, está em curso até dois mil e vinte e quatro, e um dos objetivos definidos a iniciar já em dois mil e vinte e três, seria a realização de um estudo em parceria com diversas entidades sobre a vida política local e a igualdade de género, para além de todas as outras atividades previstas neste plano cuja realização deverão ocorrer durante a sua vigência.

Por tudo o que já foi referido, temos algumas reservas que este seja um orçamento sustentável no verdadeiro sentido da palavra, no entanto, o Partido Socialista irá abster-se na votação desta proposta, porque não irá obstaculizar um instrumento que serve a gestão desta autarquia.

Disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda se faz favor."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Relativamente ao documento em análise, gostaria de deixar duas ou três notas. O próximo ano de dois mil e vinte e três, será o enorme desafio com graves impactos para as famílias inevitavelmente para os mais desfavorecidos, e para combater esta implacável receção e perda de rendimentos face à inflação e ao elevado custo de vida, pede-se uma estratégia social urgente, como um investimento inadiável. Dizem os senhores neste documento que a maior fatia do orçamento, setenta e três virgula sete por cento, corresponde à ação social no valor de três ponto oito milhões, assumem como as vossas prioridades a educação, o saneamento, o urbanismo, a habitação, e os resíduos sólidos. Vejamos então na prática e de forma muito sucinta esta priorização recorrendo somente ao setor da habitação, que já foi aqui, amplamente falado, mas volto a falar.

Identificados no território duzentos e cinquenta e três agregados habitacionais em situação de carência num total de quinhentos e oitenta e duas pessoas, quanto à construção em lotes e terrenos municipais existentes, mas também em terrenos adquiridos de habitação para arrendamento em regime apoiado, isto na página sessenta e sete, diz que está somente contemplado para dois mil e vinte e três a contratação de serviços para a elaboração de projetos relativos a quarenta e oito fogos, deixem-me dizer que a contemplação de contrato, não é uma prioridade para este este número de agregados que já foi aqui falado.

Recorrendo ao GOP de dois mil e vinte e um, para o mesmo subtítulo habitação e serviços coletivos previa-se para dois mil e vinte e dois a aquisição de quarenta fogos nas áreas, captação urbana no Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo. Em dois mil e vinte e três repete-se o mesmo parágrafo, aquisição de quarenta fogos das mesmas áreas, pode ser coincidência ou não, mas achamos um bocadinho estranho.

Depois existem inexistência de fogos destinados ao arrendamento jovem de forma a combater a especulação imobiliária, sabemos que grande parte dos jovens sofre de um problema que é a precariedade laboral com o uso dos recibos verdes, como um contrato de trabalho, os jovens não conseguem comprar casa, ora, se nós

quisermos fixar os jovens do nosso concelho, precisamos de ter medidas de apoio à habitação dedicados a este grupo etário, como a existência de fogos para arrendamento jovem.

Por estas razões enunciadas anteriormente, o Bloco de Esquerda irá abster-se, relativamente ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e três.

Disse, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Carlos Vitorino PSD."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Ouvindo atentamente a breve explanação que o Sr. Presidente de Câmara, nos fez do orçamento gostava num plano ligeiramente mais sucinto de referir, apenas aqui alguns pontos.

Felizmente e, em primeiro lugar e graças, ao facto de o documento ter sido presente a reunião de Câmara e à Vereação, na Assembleia Municipal, conseguimos ter um acesso ao referido documento com uma antecedência maior do que aquela que foi dada à Vereação, tinha sido permitido pelo menos dez dias foi-lhe dado sete, nós conseguimos um bocadinho antes.

Estamos perante um orçamento com um valor superior ao orçamento anterior, fruto, muito das transferências de competências. Verifica-se por isso, o aumento da receita e da despesa derivado desses factos, no entanto, verificamos também um incremento de receita fruto dos impostos, nomeadamente por via do aumento da construção no nosso concelho através do IMT, poderemos, pois, pensar que este aumento correspondia por parte da Câmara Municipal de Palmela, uma maior ambição na resolução dos problemas dos munícipes, no entanto, infelizmente, o que vemos é mesmo uma espécie de evolução na continuidade. A repetição do que não se fez e não se vai fazer, a recuperação de obras prometidas em anos sucessivos e não executadas, que iremos ver se não se irão repetir, e se, se, irão ou não executar, unam-se priorizar a melhoria efetiva da rede viária, da limpeza, e da higiene urbana como função essencial para as populações, enfim, como já referi acima, mais o mesmo ano após ano.

Depois, num ano bastante difícil para as famílias como foi dois mil e dois, mas, como se avizinha dois mil e vinte e três, fruto da inflação e da subida das taxas de juro, ainda hoje fomos confrontados com mais uma subida das taxas de juro que vêm encarecer a vida de muitas famílias que têm empréstimos à habitação e aqui referir que muitas vezes essas famílias são até as mais jovens, aquelas que têm empréstimos maiores, compraram casa à menos tempo. Então o que é que a Câmara Municipal de Palmela tem para ajudar os munícipes? infelizmente tem muito pouco, aliás, é de recordar que a maioria chumbou a devolução do IRS aos munícipes, pois passo a citar; "*necessitava de aumentar os apoios sociais*", mas depois, também chumbaram todas as propostas do PSD que tinham por objeto, precisamente dar os apoios sociais, não digo todas, é evidente que dada o conjunto de propostas poderiam discutir poderiam dizer, porque sim, ou porque não, mas não, chumbaram todas, é pois este orçamento apresentado e votado favoravelmente pela CDU, mas acrescente-se viabilizado pelo Partido Socialista, fruto não ser o executivo municipal a oposição, mas partilhar o poder com a CDU e também pelo MCCP, um orçamento que não é o nosso, em que não nos revemos, que perpétua o imobilismo e o esgotamento desta gestão camarária e relativamente ao qual votaremos obviamente contra.

Já agora, e tendo o Sr. Presidente referido em sessão de Câmara na sua resposta à nossa Vereadora que repetíamos sempre os mesmos argumentos, dizemos é verdade, pois, se os argumentos são reais, iremos sempre, repeti-los, e já agora e para terminar não nos venha dizer que, por votarmos contra, somos contra as obras, não queremos tapar os buracos, é que o PSD, ao contrário de outras forças políticas que viabilizam este orçamento, o que não quer é ajudar a tapar este buraco orçamental.

Disse Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Patrícia Valente, Partido Socialista."

A **Sra. Patricia Valente do PS:**

"Muito boa noite a todos e a todas.

Nós vamos aqui falar um bocadinho sobre este plano, em primeiro lugar, referir que faríamos de forma diferente, achamos que seria benéfico existir uma temática só com políticas específicas desenhadas para a juventude e identificamos alguns pontos ao longo do documento, com essas políticas direcionadas aos jovens, mas sinceramente neste documento das grandes Opções do Plano onde é que está a juventude e onde é que se encaixa, sem contar com as últimas páginas, página duzentos e quarenta, onde são referidas as aquelas linhas gerais de orientação porque é que não há um tema direcionado à juventude. Podemos dizer, desta procura de políticas e de assuntos mais direcionados aos jovens gostaríamos de pegar aqui nalguns pontos, em primeiro lugar na igualdade de género, igualdade de género surge numa linha onde se fala em assinalar as datas para lutar pela igualdade de género é insuficiente ou seja, assinalar as datas, vamos fazer uma publicação nas redes sociais, uma vez por ano, para relembrarmos a luta pela igualdade de género, é insuficiente é como não fazer quase nada, deveríamos ter um papel mais vinculativo na questão da igualdade de género, é muito importante para toda a gente principalmente para os jovens, é um assunto que os jovens normalmente gostam de falar, gostam de discutir, gostam de ver e achamos que o que consta neste plano é insuficiente.

Em relação aos CRJ, os CRJ precisam de ser redefinidos, reformulados, reorganizados, tendo em conta que os recursos que os jovens de hoje em dia precisam não são os mesmos que precisavam há vinte anos atrás é necessário existir um espaço de lazer atualizado e adequado às suas vontades e necessidades de agora.

Na questão da Participação Cívica, eu gostaria de, na parte em que fala das ações do clube "Eu Participo!", queria só perguntar como é que isto é implementado, quais é que são as atividades desenvolvidas? Há pouco, o Sr. Presidente disse que tinha existido um aumento, fiquei com a sensação que era desenvolvido nas escolas, mas, como é que isto é feito, e que atividades é que são desenvolvidas? Também referir que esta atividade que aqui surge não abrange todos os jovens e mais uma vez é insuficiente, na questão só aqui de educação, que é transversal aos transportes, mas na parte da Educação deveria ser implementada a gratuitidade do passe para os estudantes do ensino básico, secundário, e Ensino Superior.

Na questão de atividades, no ponto que refere atividades e intervenção no domínio da Juventude, temos o "O Março a Partir" uma atividade já conhecida, nós achamos que é uma atividade insuficiente, que não é um programa suficiente para a juventude, para as diversas faixas etárias, e que toque em todos os pontos que interessam aos jovens durante o mês de março, e na questão dos apoios à formação e qualificação de jovens com vista à dinamização da economia local, queríamos perguntar que formações é que estamos a falar, qualificação, como é que são feitas, por quem, e se são ao longo do ano, com que frequência, queríamos ficar esclarecidos em relação a isso.

Em relação aqui aos estágios, também queríamos perguntar, os estágios, são dirigidos a estudantes que estão a estudar, não estudantes, se forem estudantes do Ensino Superior, Secundário, do que é que estamos a falar aqui.

Estamos satisfeitos com a dinamização do portal e das redes sociais da Juventude, mas queríamos saber que desenvolvimento é que estamos aqui a falar, o que é isto? estas medidas estão muito dispersas e nós queremos saber o que é que vai ser feito concretamente, existe algum programa de sensibilização sobre algum tema, está alguma coisa programada?

Queríamos deixar também aqui algumas sugestões, alguns pontos de melhoria, em primeiro lugar é fulcral voltar a falar no alargamento do horário das Bibliotecas até para que se consiga desenvolver os objetivos que nelas estão programados. Agora, tendo em conta o surgimento de novas formas de trabalhar, nomeadamente o *Coworking,* o nosso concelho precisa de ter ferramentas como espaços e gabinetes, onde seja possível trabalhar no computador, podendo fazer barulho, estando em reuniões, podemos fazer apresentações orais,

podemos falar, sem que isso incomode as outras pessoas. Esta podia ser, por exemplo, uma das novas reformas para a requalificação dos CRJ, por exemplo.

Vamos tocar agora aqui o ponto da Saúde Mental, após a reunião de vinte e quatro de outubro do CRJ, a pedido da Sra. Vereadora, a Juventude Socialista enviou um pacote com algumas medidas para serem trabalhadas, pensadas, e, possivelmente incluídas no plano, uma dessas medidas era a criação de um gabinete de apoio à saúde mental dos jovens através de consultas Psicologia, estamos na altura em que os jovens mais sofrem de problemas psicológicos, toda a gente sabe que os esforços feitos pelo Governo, pelas Universidades, pelas Escolas, pelas Associações que, às vezes criam gabinetes de apoio a jovens gratuitos ou então a preços acessíveis não são suficientes para dar resposta, todos os dias, nós vemos notícias da forma como a saúde mental dos jovens tem-se estado a deteriorar deste o início da pandemia e nós não temos uma medida, uma medida no plano que fale sobre saúde mental e sobre saúde mental nos jovens principalmente, a única coisa que aqui é referida acerca da Saúde Mental é na parte dos trabalhadores respeita a Valência da Psicologia do Trabalho, apoio acompanhamento psicológico na sede de consulta, é a única coisa que está aqui na página duzentos e quarenta nas linhas gerais de saúde e bem-estar dos jovens não há uma medida que falo sobre saúde mental, nós apresentámos esta medida e nada, não existe rigorosamente nada em relação saúde mental, na altura em que mais importa e tendo em conta que vamos entrar em 2023, as coisas não vão ser fáceis e vai ser muito importante existir um acompanhamento nesta matéria, nós não temos uma medida.

Apresentamos também em relação à saúde oral, toda a gente sabe que a nossa saúde oral interfere com a nossa autoestima, com o nosso bem-estar, com a nossa identidade pessoal, com a nossa capacidade de nos alimentarmos bem, de sorrirmos, de sermos felizes e muitas famílias não tem capacidades de fazer tratamentos para cuidar da Saúde Oral, gostaríamos de sugerir que existisse algum apoio financeiro para ajudar os jovens nesta questão tão importante e para que possamos melhorar a sua saúde oral no futuro.

Queríamos aqui também lançar, para que possamos dar então a devida e a merecida, atenção aos jovens do nosso concelho, defendemos que poderia existir uma Assembleia Municipal de Jovens, seria uma ferramenta para os aproximar da vida política, cívica, e para serem cidadãos ativos, e seria também uma forma de os motivar a continuar a viver em Palmela, ficarem aqui para o futuro e seria um ponto muito rico para constar em documentos como estes que, neste momento, nem sequer têm um ponto só dedicado aos jovens. Seria um bom local para se apelar ao debate dos seus interesses, as suas necessidades de forma eficiente de conhecer os seus problemas e perceber também o que é que querem fazer por este território e o que é que pretendem fazer para o desenvolvimento do nosso concelho.

Achamos que um orçamento participativo jovem também poderia ser uma forma direta e eficiente para se a captar a atenção dos jovens e para os fazer intervir diretamente na nossa sociedade e para também sermos nós a intervir diretamente nos assuntos que interessam aos jovens, é uma forma de captar, de lhes dar a merecida voz e de forma a que se sintam importantes no nosso concelho.

Estes pontos que aqui mencionámos são concretos, poderiam, deveriam estar presentes numa temática específica e diretamente relacionada só para os jovens que, neste momento, a insistente com a justificação de ser uma temática transversal, mas que, no fundo é só uma máscara de esconder a redução de investimento municipal que tem sido feito ao longo dos anos nos jovens aproveitando todas as atividades municipais para dizer que também são direcionadas aos jovens. Não há nada pensado especificamente para os jovens, para nós, isso releva alguma falta de vontade, talvez alguma negligência em trabalhar um bocadinho mais na questão dos jovens.

Por fim, todas as considerações e críticas que aqui fiz em relação a estas dispersas e não concretas políticas de juventude justificam se estão representadas no parecer negativo do Conselho Municipal de Juventude onde todas as forças presentes com direito a voto na última terça-feira votaram contra, portanto, os jovens estão contra este documento, é um facto, e ninguém defende neste momento como políticas de juventude para os jovens. Terminei."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Caríssimos e caríssimas é meia-noite e coloco à vossa consideração a continuação da sessão ou voltamos amanhã.

Caríssimos continuamos sim, ok, já amanhã é difícil voltarmos, sabe muito bem.

Quem é que eu tenho mais, caro, Jorge Almeida faz favor."

O **Sr. Carlos Almeida da CDU:**

"Muito obrigado, Sr. Presidente, saúdo na sua pessoa a mesa da Assembleia e todos os membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara em si saúdo o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores, saúdo os trabalhadores municipais em exercício de funções e todos aqueles cidadãos que na tranquilidade dos seus lares assistem a este debate e à construção da democracia e do poder local no concelho de Palmela.

Relativamente a esta matéria, gostaria de fazer uma abordagem que tem, sobretudo a ver com a forma como nós, em Pinhal Novo construímos e analisamos os orçamentos, fazemo-lo de acordo com um contributo já de há muitos anos e de grande consensualização política em torno das visões de projeto e de crescimento e de existência desenvolvimento da Península de Setúbal, o seu plano estratégico de desenvolvimento que considera rumáveis em quatro eixos fundamentais todas as questões que cumpre as autarquias, promover, a saber o eixo da qualidade do território, o eixo da coesão do tecido social, um terceiro eixo para a qualidade do ensino e da escola pública, sobretudo, e um quarto, para o apoio ao tecido económico.

Devo dizer que, analisando na perspetiva egoísta de eleito da freguesia de Pinhal Novo, nós reconhecemos aqui para o nosso território e, obviamente, também de um plano geral para todo o território do concelho, aquilo que ambicionamos num texto como este, no orçamento e nos documentos previsionais das Grandes Opções do Plano. Desde logo e não iria exaustivamente repetir aquilo que o Sr. Presidente frisou, enumerou, enunciou, relativamente a cada um destes aspetos, mas dizer que do ponto de vista da qualidade do território, nós temos vasta matéria, muita matéria que mostra efetivamente quão este eixo é tido como prioritário para o município de Palmela. Temos a reabilitação das acessibilidades da freguesia de Pinhal Novo, temos a segunda fase para iniciar a Regularização da Ribeira da Salgueirinha que é uma obra, uma intervenção excecional do ponto de vista ambiental e que tem repercussões na nossa qualidade de vida médio e longo prazo, temos ainda questões tão relevantes como aquelas que foram mencionadas do ponto de vista ao compromisso de reforçar o abastecimento de água no Pinhal Novo, à execução da conduta mencionada pelo Sr. Presidente, àquilo que são obras de remodelações de nós na zona sul também da nossa freguesia, ou aquelas que se prendem com a conservação da natureza e com a qualificação paisagista e das acessibilidades da Avenida Alexandre Herculano.

Todas estas questões no âmbito da qualidade do território, são ainda possíveis de serem elencadas no conjunto maior como aquele que tem a ver com as obras de saneamento infraestruturas com o reforço da conclusão das obras de urbanização em áreas como a Quinta dos Farias e Vale Flores e, portanto, tudo isto é um conjunto de ações de enorme relevo que inteiramente sufragamos do ponto de vista da coesão do tecido social, para além de um outro ponto de vista e de uma forma indireta constitui apoio às famílias e que já aqui na última sessão da Assembleia também validamos com o voto positivo, nós temos todas aquelas questões que o Presidente mencionou que não vale a pena elencar mais.

Relativamente à filosofia em torno do Monte do Francisquinho e temos também aquelas que se reportam à aquisição de fogos no Pinhal Novo com o objetivo, obviamente, promover com eles maior justiça social.

No domínio das questões relacionadas com a promoção da Educação com a escola pública de qualidade, basta ler com atenção a documentação para constatar que das muitas escolas de Pinhal Novo, escolas básicas, nós temos seis que são intervencionadas de alguma forma e intervencionadas em aspetos mais dispares como os logradouros, os espaços exteriores, as coberturas, os espaços de jogo e recreio e, portanto, tudo isso nos satisfaz plenamente e mostra como a educação é considerada e deve ser considerada sempre para nós uma efetiva prioridade.

Do ponto de vista também daquilo que se reporta ao tecido económico a frisar aqui a satisfação com que vemos a renovação do plano de ação da incubadora de empresas de Pinhal Novo e aquilo que de um ponto de vista geral, se realizará no ponto de vista da qualidade do território com repercussão também para o tecido económico que tem a ver com todas as intervenções que vão correr como o Presidente muito bem, mencionou na zona comercial de Pinhal Novo, e que irão aumentar, com certeza, a atratividade quer de quem pretenda e ligados ao comércio constituir um projeto de vida, quer de quem obviamente, consome.

Para além de estas questões que são, de facto, relevantes, com certeza que nos cumpria frisar, aquelas que se reportam ao valor que a Câmara Municipal investe através das relações com as autarquias de freguesia naquilo que é a sua capacidade interventiva. Dizer que relativamente à freguesia do Pinhal Novo nós quase duplicamos aquilo que são os valores do nosso orçamento e isso só é conseguido, obviamente, só foi conseguido com muito diálogo, com uma necessidade permanente de ligação, como uma grande empatia e cumplicidade na construção de soluções que não sirvam as autarquias, mas que sirvam essencialmente as pessoas e esse será o desiderato que interessa às autarquias.

Depois algumas questões para finalizar Sr. Presidente, porque a hora já vai adiantada. Vimos aqui falar e eu agora não entreverei tanto como autarca de Pinhal Novo, mas, sobretudo como autarca do concelho e com responsabilidades nesta área e com interesse particular. Ouvimos aqui dizer que este orçamento deveria eventualmente, colocar uma ênfase maior nas questões relacionadas com a igualdade de género, estamos absolutamente de acordo relativamente às questões da igualdade de género, agora aquilo que é fundamental dizer, pensar, e refletir, é que não é, com certeza, no orçamento municipal e, por *dictat,* que estas questões se resolvem, o que é fundamental é pensar no Governo da República e nas suas responsabilidades, o que é fundamental é pensar nas responsabilidades de cada uma das forças políticas que nós integramos e verificar se estão a ser praticadas neste concelho, neste país, do ponto de vista geral, intervenções políticas, ações políticas, projetos e programas que promovam os valores de Abril no futuro de Portugal. Nunca houve como agora tanta violência conjugal - violência conjugal sobre homens, sobre mulheres, sobre as pessoas mais velhas, sobre cidadãos mais frágeis e isso deve-se, com certeza, ao apagamento dos valores, ao esmagamento dos valores de uma sociedade que deve ser humanista, deve ser solidária, e deve pôr em prática aquilo que são as balizas axiológicas do sistema vertidas na Constituição da República.

Ouvimos também, aqui falar e não vamos fazer uma defesa exaustiva do documento, com certeza, o Sr. Presidente fará muito melhor do que nós, essa intervenção, mas ouvimos aqui dizer que há programas e que há projetos que tendem a repercutir-se no tempo, que tendem a aparecer mais do que uma vez, ou em anos consecutivos. Vamos lá ver, isto é uma forma de exercício, independentemente de poder haver aqui, ou ali, mais proximidade com a realidade, esta é uma forma de exercício daquilo que é a gestão municipal, a gestão autárquica ou a gestão de freguesia que nos surpreende. Não se governam as autarquias para o dia seguinte, ninguém intervém nas autarquias por governar para o ano que há de vir, para fechar o ciclo. Faz-me lembrar aqui, desculpem esta menção, mas a surpresa com que há uns bons anos, como jovem autarca, nos anos noventa, ouvi um ilustre Presidente de Câmara chegar a uma reunião de trabalho sobre, provavelmente, questões ligadas na altura, à descentralização e dizer "*No meu concelho já fiz tudo*", já tinha fechado a porta e já tinha tudo feito. Há projetos que têm que se manter, que não dependem exclusivamente, as autarquias, dependem também de financiamento, e dependem de outras estruturas, e de outras entidades há projetos que se perseguem ao longo de anos, afirmando a sua necessidade e colocando até por pressão política nos documentos quantas vezes este conselho, quantas vezes a sua gente, sonhou em regularizar a Ribeira da Salgueirinha, não colocava nos documentos, não ficava, portanto, esplanada a intervenção, a necessidade, a movimentação de recursos do município, no sentido de colocar essa possibilidade em aberto a concretizar, com certeza que sim.

Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, concluímos dizendo o seguinte, o que nos parece fundamental é que esta gestão política municipal continua aqui com este documento aquilo que consideramos um grande património de realização e acrescenta do nosso ponto de vista valor, ao território e valor à comunidade.

Disse, muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Rui Valente Chega, faz favor."

O **Sr. Rui Valente do CH:**

"Obrigado Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e lá em casa.

Vou ser muito breve, até porque já tivemos oportunidade até na última Assembleia de falar um pouco, sobre, pelo menos, o plano estratégico a nível de impostos e taxas, ou seja, da receita para executar este orçamento, ao qual nós reiteramos que a nível das taxas e impostos cobrados, temos aqui algumas divergências, a nível do IMI, da participação de IRS e da Derrama seja, deveríamos dada o nosso localização e aproveitamento estratégico poderíamos ter aqui económico de cobrar uma derrama com um valor mais competitivo, explorar a nossa localização geográfica e parques naturais para atrair mais turismo, ou seja, temos rubricas como o turismo com apenas um ponto três por cento do investimento, seja, deveríamos fazer algo mais por aí e ao trazer mais turismo, traríamos também mais receita e daí não necessitarmos depois de ter valores de derrama na taxa máxima.

Voltamos a reforçar que a nosso ver, deveria ser uma bandeira, promover e ter uma imagem do concelho com uma requalificação mais incisiva nos espaços, sejam eles, espaços verdes, áreas de lazer. Também tocar aqui alguns pontos, que, as obras e muitas que estão aqui definidas e reconhecemos que algumas bem designadas, mas que estas obras para além de serem motivadas algumas por convicção, deveriam estar elencados objetivos mensuráveis e que se conseguisse perceber que resultados é que se conseguiria obter destas obras, seja, existe muita obra por convicção, mas não conseguimos perceber qual é o *output*, qual é o alcance, o que é que pretendemos atingir com este plano estratégico, ou seja, falta-nos a nosso ver este ponto de partida, este ponto de chegada, e o que é que pretendemos atingir, portanto, temos aqui algumas divergências e para as quais o nosso sentido de voto será contra.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Não tenho mais nenhuma intervenção, vou passar a palavra ao Sr. Presidente de Câmara faz favor.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sr. Presidente agradeço as questões colocadas e percebo, naturalmente o ponto de vista de algumas forças políticas, e da oposição, da dificuldade que têm em acompanhar este orçamento e também da dificuldade que têm em entender, o alcance dos compromissos que aqui estão a ser assumidos. Procurarei responder pontualmente às dúvidas e às questões que aqui foram assinaladas.

Devolução do IMI diferencial de não sei quantos milhões esse parágrafo na técnica de elaboração do documento sempre existiu, isso não é gralha, não é gralha, é efetivamente assim, é, porque isso é feito com a referência a taxa máxima, se o município estivesse a cobrar a taxa máxima ao longo destes anos todos, que deixou de cobrar a taxa máxima, devolveu esses milhões de euros todos aos munícipes, mas se estivéssemos a aplicar a taxa máxima é essa a explicação dos nossos técnicos que elaboraram esse parágrafo.

Crescem as receitas, mas, ainda bem, é bom sinal, crescerem as receitas, crescem as despesas, acresce os compromissos, cresce o investimento, aqui tem que ser valorizado, não é a capacidade de cobrar mais ou menos, porque não é isso que nos move, devia de ser valorizado a capacidade que o município tem tido com uma expressão, que eu não gosto muito, mas que, percebi, quem a escreveu que diz a certa altura no documento, uma postura agressiva nas candidaturas e na captação de fundos. É isso que faz aumentar o nosso orçamento, mas, também não vale a pena dizer como foi dito aqui por outras bancadas que o orçamento só cresce por causa do PRR, e por causa dos fundos, isso é falso, porque cresce com a capacidade de autofinanciamento no investimento, eu já vos darei os números exatos, isto está no documento, os senhores só não leram, porque não quiseram.

Ações plurianuais, obras plurianuais, sem dúvida que há obras que se têm prolongado com razões, de facto que têm sido comprovadas e explicadas aos senhores, não tem que ver só, com concursos desertos, com empresas que abandonaram empreitadas este ano tivemos duas, tivemos que fazer tudo de novo com atrasos significativos, mas há que considerar também, que esta é a técnica de planeamento e de gestão orçamental.

Eu quando coloco no orçamento uma nova obra, ou um novo objetivo eu não começo por pôr lá o valor logo para os anos seguintes, primeiro tenho que ter um valor para abrir a rubrica e pensar no projeto, só começo a dotá-lo quando pensar ir à candidatura e quando tiver a candidatura e souber o que tem de financiamento externo e aquilo que tem de financiamento próprio ou, eventualmente, até a necessidade de recorrer a empréstimos, nós tivemos obras no mandato anterior que vinham do outro mandato nas primeiras candidaturas, nós metemos os valores de referência daquilo que conseguimos ir buscar ao "PROLISBOA", mas depois quando soubemos o preço da obra que era muito superior e percebemos que tínhamos que ir também a financiamento externo só dotamos nos anos próprios e com os valores reais, quando tivermos o empréstimo aprovado, não pode ser de outra maneira, eu não posso ter um orçamento virtual nem posso estar aqui a estimar valores que não correspondem minimamente à realidade, mas as obras que tenho aqui já com verba a definir, decorrem com estimativas orçamentais de estudos prévios, não é de estranhar que haja aqui ações, e obras plurianuais, e outras não é de estranhar que tenham a mesma designação, porque há objetivos que são projetos contínuos e não tem que estar especificado o que é que foi feito ou que vai ser feito durante o ano, isso não vai ao detalhe, o que nós temos que tentar depois, no relatório da prestação de contas e na informação municipal irmos ver lá nesse objetivo que é que foi feito durante esse ano, durante esse trimestre, mas eles têm que ter o mesmo nome, não podem ter outra designação, inclusivamente os objetivos e os parágrafos, são sempre iguais, pois são, porque na introdução do capítulo tem que se explicar o que é que o objetivo diz, isto é assim, a técnica é mesmo assim, é a técnica de dotação do orçamento e já que fizeram considerações às vezes um bocadinho contraditórias sobre a qualidade do documento há anos que dá jeito passar a mão pelo pêlo dos técnicos municipais, eu gostava é que, de facto, nós conhecêssemos os outros todos dos municípios e aí tínhamos uma referência, agora, que há pequenos erros, que há pequenas petições, que há pequenas gralhas, só quem não trabalha, e naturalmente essas pequenas correções aquelas constituem efetivamente correções, o senhor diretor anotou-as para poder introduzir ainda no documento que assinaremos e que levaremos à vossa aprovação.

Proteção Civil, objetivos são os mesmos, tem que ser, enquanto tivermos estas competências, são estas, mas olhe que não, até já tem lá um objetivo novo, o combate à vespa asiática, boa, mais outra, para nós.

A Revisão do Plano de Emergência externo da Hempel, naturalmente, não depende só do município, depende da empresa, e há anos para lançar o procedimento o concurso, e há anos para fazer trabalho preparatório, vamos ver se efetivamente avança e se concretiza.

Depois fala em redução, pois os números, são os números, mas é preciso perceber o contexto. Grande investimento na educação, mas reduzem aqui no parque escolar, na saúde não se percebe, porque é que também desceu nos últimos anos, é simples, nós tivemos um ciclo onde fizemos três escolas novas, ampliámos e remodelamos, agora estamos a trabalhar ainda nos projetos e na contratualização dos futuros centros escolares, aliás, estamos à espera do "Portugal 2030", que dizem que tem quarenta e oito milhões, para equipamentos educativos, eu quero saber como é que quarenta e oito milhões, chegam para os dezoito municípios da Área Metropolitana de Lisboa, é que, se calhar para os três centros escolares que queremos fazer, nós precisamos no mínimo de seis milhões e só vamos ter eventualmente se ouve é para nós quarenta por cento os outros sessenta por cento, falaremos depois aqui, onde é que os vamos buscar.

A explicação é esta, e, portanto, os números, são os números, nada está escondido, mas é preciso perguntar como é que se explica e eu estou a explicar essa redução, tem que ver com isto, nós vimos numa fase de concretização de grandes reabilitações e ampliações de escolas, estamos agora numa fase de remodelação logradouros, de beneficiações, de telheiros ,de ampliação de novos espaços, vamos começar a subir quando tivermos as candidaturas e, quando tivermos os projetos feitos, vai ver que os milhões vão ser muitos.

Sobre a estratégia local de habitação e, portanto, quarenta e depois dá a sensação que é igual, não, não é o objetivo para cada ano, mas quer saber quantos é comprámos até ao momento a última informação que tinha comprámos este ano vinte e sete, mas ainda há pouco assinei mais um, não sei se é mais dois, ou se é mais um, nem percebi bem, mas já agora convínhamos, nós temos uma estratégia com um cronograma e com planeamento, mas só conseguimos comprar aquilo que nos vendem, e que só conseguimos comprar aquilo que é razoável, e também quando se diz que isto só cresce por causa das verbas do PRR, naturalmente, foi uma responsabilidade que o Estado Central nunca conseguiu resolver sozinho com o IRU, e, portanto, manda para as autarquias, porque senão o país nunca mais se endireita como outras coisas, como outras coisas, mas o dinheiro não vai chegar, porque não houve nenhum apartamento que comprámos que ficasse nos valores de

referência que o PRR paga, o que significa que vamos gastar e investido do nosso dinheiro muito mais para cumprir os objetivos da estratégia. Como o valor das empreitadas, mas fica aqui para os vários senhores membros da Assembleia que falaram nesta matéria, estão adquiridos já vinte e sete fogos, foram adquiridos dois terrenos para a construção de mais vinte e quatro fogos, foi lançado procedimento de contratação de projeto de Arquitetura e especialidades para a construção de oito fogos em lote do município, e está em preparação o tal procedimento que são procedimentos depois, para os projetos, para a fiscalização, para a apreciação das coisas todas, porque isto tem que ser tudo feito, com empresas externas, porque é impossível fazer tanta obra, e o Governo sabe disso, não conseguiu fazer quase nenhuma, há vinte anos que fazem muito poucas obras públicas em Portugal. É até 2026/27, pois é, há já atrasos na execução do PRR, mas não são da responsabilidade das autarquias até porque os contratos foram recentemente assinados, olhe, até as cerimónias para as assinaturas têm sido adiadas, mas nós estamos a trabalhar e nós propusemos que houvesse uma revisão da legislação sobre a contratação pública para estes e outros projetos estratégicos para o país e para o território, mas não foi possível ir mais além do que uns retoques, até os projetos de conceção e execução não são admitidos, porque depois vêm as ordens dos arquitetos, vem as ordem dos engenheiros, etc. etc. o que estamos a procurar fazer, para além destas medidas internas, por nossa própria iniciativa foi no âmbito do Conselho Metropolitano porque de facto quem tem a mão na massa, tem uma visão diferente de quem está de fora destas coisas, e das dificuldades de as operacionalizar é a necessidade de fazer um conjunto de acordos-quadro com empresas, e com equipas, para evitar que nós estejamos a fazer procedimentos para cada um dos casos, e para cada um dos lotes, e através destes acordos-quadro centralizados na Área Metropolitana de Lisboa, é mais rápido adjudicar alguns destes serviços que são indispensáveis para projetar, para os Planos de Segurança e Saúde, para analisar, para fiscalizar e, obviamente, esperamos que haja empresas e que haja empresas com trabalhadores, para executar tanta obra.

Os senhores dizem que não há obras novas, por favor, leiam bem o documento, se quiserem ir por exemplo à página oitenta e cinco da Rede Viária, digam-me lá, se não há lá vinte obras novas, reclamadas pela população, reclamadas até por alguns senhores de várias áreas partidárias, e que não vão votá-las favoravelmente, mas, é, mesmo assim, a gente percebe que não é esse o motivo da votação, portanto, eu estou a responder genericamente para algumas observações que foram feitas.

Sobre isto da estratégia local de habitação, eu não considero que estamos atrasados, mas também não estamos adiantados, eu gostava de estar mais avançado no processo, mas olhe que há circunstâncias que ultrapassam as autarquias e foi por isso que as autarquias têm pedido medidas que permitam agilizar estas questões todas, mas voltando às obras da rede viária, o debate que temos tido com os nossos serviços, é se haverá empresas para fazer vinte e cinco empreitadas de rede viária durante o próximo ano, só de novas, fora as repavimentações, as de conservação permanente, etc. etc., é que as empresas nem máquinas têm algumas, chegámos ao ponto de, e não têm fornecimento também de alguns materiais e de mão de obra, portanto, mas nós não deixamos de ter aqui ambição, de compromisso de fazer, e não é um compromisso virtual, porque, felizmente, temos financiamento para isso, noutros tempos, houve muitas dificuldades, neste momento, não é a questão financeira vamos ver se o contexto socioeconómico, e de emprego, e de mão de obra especializada, ajuda a concretizar os fundos do PRR e outros, porque eles também são concretizáveis com os fundos das autarquias.

Indicadores de desempenho aplicada a campanhas de sensibilização, eu creio que estamos aqui a misturar conceitos de áreas diferentes, nós temos é critérios, e temos também objetivos, mas isso não vem explanado no documento, nem pode vir, sob pena de ser um documento elegível com centenas de milhares de páginas, mas na nossa organização, os nossos técnicos, os nossos dirigentes e até os trabalhadores menos qualificados sabem o que são indicadores de desempenho, sabem o que são objetivos e também são avaliados por isso e, portanto, nós também trabalhamos com esses indicadores também de medida, mas eles são mensuráveis quando fazemos o relatório e o balanço, aí sim, é que nós vamos comparar o dito, e o feito, e vamos compreender a especificação de algumas ações que têm que ser ditas genericamente.

Já expliquei o exemplo da Avenida Alexandre Herculano, pois claro, vinte mil euros para fazer projetos e depois, vamos ver, e oxalá eu consiga, por exemplo, candidatar-me a uma operação dessa natureza a uma prioridade de investimento da regeneração urbana, acho que é assim que se gere, vamos tentar, vamos fazer, saber o que é, e depois tentar candidatar aquilo e ir buscar o financiamento.

A obra de acessibilidades em Pinhal Novo já nos custou cem mil euros, na expectativa de temos uma candidatura de um milhão, mas só para a acessibilidade, mas para fazermos aquilo que queremos fazer como temos que mexer nas infraestruturas, vamos ter que gastar três milhões, então onde é que vamos buscar os outros por causa dos dois, veremos, se é com financiamento próprio, se é com recurso a empréstimo, porque felizmente podemos ir a empréstimo, portanto, esta é a explicação para alguns aspetos que aqui referiu, naturalmente, não conseguirei esclarecer nem comentar tudo.

Patrícia Caixinha, sustentabilidade, a sustentabilidade é permanente no conjunto de políticas, até do empoderamento das mesmas por parte dos agentes locais, da população, etc. porque isto a sustentabilidade não é só a questão ambiental, mas garanto-lhe que grande parte destas opções estratégicas até obras que parecem muito simples, tem que ver com sustentabilidade, porque o direito à mobilidade também contribui para a sustentabilidade, as opções de Ordenamento do Território contribuem para a sustentabilidade, as opções de conceitos de nova arborização ou de outro tipo de espaços verdes, também contribui para a sustentabilidade, a educação é fundamental para a sustentabilidade.

Falou-se aqui de esta questão do financiamento e vou demonstrar-vos porque está aqui no documento, na página trinta e seis, vejam a evolução do investimento e depois aparece bem explicitado que o autofinanciamento adquiriu nos últimos anos, uma parcela fundamental, na página trinta e sete, mais de metade do investimento de capital entre dois mil e quinze e dois mil e vinte e dois, foi suportado por autofinanciamento, em média, quatro milhões de euros ao ano, e eu digo isto com assertividade, porque isto é uma demonstração técnica e política.

Autofinanciamento catorze virgula quatro milhões, fundos comunitários sete virgula um, locação financeira quinhentos mil, Orçamento de Estado um ponto sete, o dinheiro é para aplicar sem nos endividarmos.

Igualdade de Género, obviamente, não consegue estar aí tudo escrito, mas hoje na informação municipal que tiveram tem informações sobre o trabalho feito nesta área, há um conjunto de ações de formação internas e externas, que vão da Educação, vamos trabalhar com dirigentes associativos temos uma série de outras ações a decorrer fazemos parte do grupo de autarquias que está com a CIG - agora tem outro nome, a sigla alterou - a trabalhar num projeto nacional sobre esta matéria e obviamente o nosso grande desafio é envolver a comunidade nesta dinâmica, mas vamos primeiramente pelas associações já estamos nas escolas, já o fazemos até com os mais pequeninos também, com docentes do pré-escolar, até para as assistentes operacionais, houve recentemente também formação nessa área, portanto, há que perceber depois na desmultiplicação das atividades, como é que o objetivo se operacionalize não tem que estar aí ação, a ação, e o orçamento respetivo isto está num bolo de trabalho e muito deste trabalho até tem sido feito sem financiamento próprio porque temos tido ações suportadas precisamente na rede de autarquias que estão a trabalhar nesta matéria.

Tânia Ramos, três virgula três, só da Ação Social, mas qual é o espanto? Isto não é o orçamento do Ministério da Segurança Social, isto é o orçamento de uma autarquia que tem competências e nas suas competências o orçamento é proporcional às suas atribuições e competências, com estes números está-me a querer dizer que nós valorizamos mais o saneamento e a rede viária do que a ação social? É que de facto a expressão que tem a saúde, e a ação social no orçamento municipal, obviamente, que é mais reduzida porque nós não distribuímos prestações sociais, não é essa a nossa missão, agora que até fazemos mais, e complementamos aquilo que compete ao Estado Central fazer, há sim, fazemo-lo, onde é que isso está? já vos dou alguns exemplos e que não está nesta rubrica do orçamento, precisamente, porque ela está noutras rubricas de outras áreas do orçamento, sobre o número de fogos já expliquei, não é erro, ser quarenta e voltar a ser quarenta, não é nada disso, é objetivo para o ano, para cada ano, mas ele só será concretizável se nos oferecerem as, nós temos exercido o direito de preferência, temos tido pessoas zangadas connosco, porque exercemos o direito de preferência, aliás, já tive que revogar, pelo menos dois ou três, "*eh pá, mas eu quero viver em Palmela e o senhor está-me a comprar a casa e não sei quê*", mas nós não estamos a fazer todo o esforço para comprar aquilo que é possível reabilitar e para meter no mercado rapidamente, e, há de haver, no âmbito do regulamento casas para arrendamento jovem para arrendamento apoiado para o primeiro direito, isso depois está tudo no regulamento e daremos essa informação pormenorizada.

Sr. Carlos Vitorino, olhe que não chumbamos todas as propostas do PSD, de facto, a forma como aquelas propostas foram apresentadas careciam de enquadramento legal, algumas delas e de previsão e discussão orçamental, mas olhe que grande parte das propostas que também lá estão, nós acabámos por aprovar, aliás,

logo a primeira, coincide com a proposta que levámos daquele dia a reunião de Câmara, foi o tarifário social, as hortas comunitárias queriam mais, temos mais, há lá um conjunto de outras medidas que nós estamos a implementar, portanto, não é, exatamente assim, aliás, devo aqui dizer que nós pedimos no âmbito das reuniões que tivemos ao abrigo da lei direito de oposição, que nos fizessem chegar propostas e apenas o MCCP, e o Partido Socialista, falou connosco sobre algumas medidas e algumas propostas, das outras bancadas, ficamos à espera e que foram praticamente todas incluídas e as que não foram incluídas, só podem ser incluídas na revisão ao orçamento com a inclusão do saldo de gerência.

Patricia Valente, começo por aquilo que disse no final, os jovens não estão contra este documento, ao contrário daquilo que diz, pronto, mas a senhora disse "*os jovens estão contra este documento*" e eu digo-lhe aqui que tenho a convicção de que os jovens não estão contra este documento, porque não podemos tomar a parte pelo todo, legitimamente, quem votou exprimiu o seu direito de voto se calhar, discutindo pouco, e conhecendo pouco o documento, que merecia, se calhar, maior discussão e o Conselho Municipal de juventude tem lá nas suas atribuições e competências outras coisas até para propor, para discutir, etc. e há também outros fóruns onde chegam muitos contributos da Juventude e vou aqui picar algumas matérias, sem dúvida, a política de juventude tem todo o lado, quando nós decidimos fazer um pavilhão gimnodesportivo competia ao Ministério da Educação fazer estamos a apostar na juventude e no seu desenvolvimento integral também no plano desportivo, diz-me que não há questões sobre igualdade de género e não discriminação, remeto-a para o número de ações e de medidas que são tomadas, e de fóruns, e de conferências, e de outras medidas concretas remeto-a, por exemplo, para aquilo que tem acontecido nos últimos meses aqui às sextas-feiras as conversas sem margem que percorreram desde questões de LGBT a outras matérias, adequação dos CRJ estamos de acordo, estamos a fazê-lo, aquilo que vai acontecer no Poceirão é um espaço bastante inovador para a juventude, como é que se chama? *MakerSpace,* aquilo que temos no CRJ, também decorre dos *inputs* que os jovens que frequentam e que reclamam um conjunto de outras respostas e vamos construindo com eles e é por isso que as propostas que há de melhoria do espaço exterior do CRJ da Quinta do Anjo adequando o *Street Basket* que está aí referido, e colocando também lá equipamentos para Skate Parque, decorre de propostas dos jovens, das associações formais e informais.

A ideia do alargamento dos horários das bibliotecas nós já o fizemos para estar às moscas, mas fá-lo-emos como sempre nos comprometemos no período de exames e quando nos pedem para alargar o horário. Este é um bom exemplo, a gente não consegue fechar este equipamento, aliás, há pedidos até de várias estruturas para utilizarem este equipamento e nunca há disponibilidade, porque há aqui múltiplas ações da comunidade e muitas delas promovidas por associações e grupos de jovens.

As questões da participação destinadas à juventude, estamos inteiramente de acordo, estamos a trabalhar num modelo processo participativo que tem sido desenvolvido em particular nas escolas, com o nosso gabinete de juventude é mais visível durante o mês de março, com fóruns, temáticos, discussões, etc. mas nós queremos um processo mais estruturado e o nosso gabinete de participação tem também já essa missão estipulada com o gabinete de juventude para elaborarem também um processo dessa natureza, mas garanto-lhe que não terá esse nome, mas que é imbuído do mesmo espírito que podem ser fóruns, assembleias, sobre diversas temáticas e com produção depois de propostas e de medidas concretas para implementação pelos próprios jovens com os apoios do município.

Falou das questões do *Coworking*. É aquilo que nós privilegiamos na própria Incubadora de Empresas, mas também noutros projetos de trabalho, no Centro Comunitário de Águas de Moura vamos ter oportunidade de pôr os jovens, e os jovens empreendedores e outros a trabalhar nessa dimensão.

As questões da Saúde Mental, aqui permita-me que lhe diga, pode haver um projeto e outro com uma autarquia, mas tenho como princípio que as Câmaras não têm que se substituir ao Ministério da Saúde, porque, isso é a mesma lógica, se há falta de médicos, paguem a médicos, já tivemos aqui forças políticas noutros tempos e noutros governos, que quando reclamávamos falta de médicos diziam "*há façam como a autarquia não sei de aonde, que comprou ou pagou aí a uns médicos cubanos, ou deem em vocês incentivos aos médicos, ou dê as Câmaras casas aos médicos*", desculpe, isso não é o caminho, isso é sublevação total das competências das autarquias, eu gostava é que vossa excelências reclamassem aquilo que nós e os jovens reclamam nas escolas e as famílias que é, Psicólogos escolares que não há, não têm capacidade de resposta, mais Psicólogos nas CPCJ, mais Psicólogos nas escolas que é ali, que os jovens passam a maioria do seu tempo e aí não há resposta do Estado Central. Agora, é diferente, nós termos um outro projeto como temos tido até com associações, IPSS

para matérias muito específicas, agora, nós não podemos substituir as responsabilidades do Estado Central e muito menos as do Serviço Nacional de Saúde, portanto, eu considero que os jovens não estou contra este documento.

Quanto às observações que são feitas, ao fraco investimento no turismo, é que, o turismo da nossa parte é promoção turística, nós não construímos hotéis para ter mais dormidas, nós damos discriminações positivas nas taxas a quem criar mais alojamento e camas no território Palmela. Isto são as verbas da promoção territorial, mas que também não se cingem ao capítulo do desenvolvimento económico e do turismo, porque nós, quando valorizamos um edifício no Centro Histórico e o tornamos visitável e o tornamos incluído num roteiro de turismo religioso essa verba está no Urbanismo e Habitação sabiam? Não está no Turismo, portanto, se cingisse à análise do trabalho de promoção turística que temos feito, com resultados e com indicadores interessantes e com referências elogiosas até da marca "Palmela Conquista" a nível nacional e internacional, cingir a essa interpretação de um virgula três, do orçamento é manifestamente insuficiente. Nós não precisamos de fazer como outros municípios de criar uma taxa turística e depois dizer assim, "*o nosso investimento do turismo é aquele que é que andamos das receitas com a taxa turística e mais algumas coisinhas da promoção cultural*", porque a atratividade turística do território está num evento cultural está em eventos, de festas, e certames económicos, está até nas caminhadas pela serra, como vamos apostar na parceria com "Arrábida *Walking* Festival", que trouxe ao território outras pessoas que nunca cá tinham vindo e que se tornaram militantes da frequência do território eixo Arrábida e, em particular de Palmela, portanto, eu quero apelar a que tenham também um bocadinho esta visão não tão redutora, porque isto não se cinja a percentagens e a números e depois cá estaremos para no âmbito das análises que são feitas por empresas que estudam o setor percebemos os indicadores, percebermos a atratividade, percebermos se estamos no nos rankings, nós para termos outros números do turismo precisávamos, de facto, ter mais hotelaria e os números de turismo reduziram substancialmente, não apenas por causa da pandemia, embora tivéssemos a recuperar muito bem antes de ela aparecer, mas porque houve também um outro fenómeno que é a passagem de alguns alojamentos turísticos do Palmela Village, que deviam ser turismo e que se tornaram habitação e, portanto, o número de camas disponíveis no mercado não permite a contabilização de, mas garante-lhe que o número de visitantes de Palmela em passeio e turismo aumentou bastante, vale a pena verificar o que se passa neste largo, e o que se passa no nosso Castelo mesmo em dias de tempestade, em que o número de visitantes tem aumentado substancialmente e têm ido a zona do território onde antes nunca iam, nomeadamente a Fernando Pó e, nomeadamente a Quinta do Anjo, se nós não temos um investimento como o "*Espaço Fortuna Artes e ofícios*" que eu prefiro chamar futuramente "*Janela da Arrábida*" e que devo anunciar aqui a esta Assembleia que iremos fazer a escritura definitiva da posse do edifício para a Câmara, como foi aqui explicado e que foi concedido um prazo para podermos fazer esse trabalho, vamos concluí-lo antes do prazo, dado, que foi dado até vinte e cinco, portanto, nós vamos concluir a escrituração do património, do imóvel que fica definitivamente em nome da Câmara esperamos que ainda este ano, pelo menos, eu já assinei tudo.

Se nós metermos obras dessa natureza que é um edifício de acolhimento turístico que podem deixar autocaravanas, que podem fazer dali a partida e o apoio ao BTT, e que podem visitar a azulejaria e desfrutar de uma zona de exposições e de interpretação da Arrábida e simultaneamente dois equipamentos de hotelaria, se nós metermos essas obras no capítulo do turismo é evidente que a percentagem aumente, portanto, penso que estão aqui explicados alguns aspetos de uma maneira geral estamos atentos alguns reparos, gostávamos de ter tido também outros contributos mais construtivos da parte das várias bancadas, mas estaremos disponíveis para continuar agora ao longo da execução deste orçamento e destas ações, ir afinando muitas opções e obviamente, compete à Assembleia escrutinar e fiscalizar o cumprimento deste plano que é ambicioso e oxalá, dado que parece que dinheiro não falta, pelo menos não falte capacidade às empresas para virem a jogo, responderem, porque nós temos muita vontade de executar de projetar mas, sobretudo concretizar obras ações investimentos fundamentais para o território.

Disse obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Um rodapé, Carlos por favor."

O **Sr. Carlos Valente do MCCP:**

"Trinta segundos, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara. Eu efetivamente tenho que dizer estes trinta segundos, porque a minha intervenção foi mal interpretada, eu falei bem da parte da Educação, disse parabéns à Educação disse um aumento para sete milhões de investimento, portanto, e nesse sentido, queria deixar isto claro onde eu falei que era preciso uma explicação adicional era a questão do fundo de emergência social, porque a dotação orçamental baixou meio milhão de euros, mas, é natural, porque a intervenção era muito grande e nesse sentido até trouxe aqui uma cópia se me permitir depois deixaria uma cópia da intervenção e as cópias dos textos que eu achei que estavam duplicados.

Eu nunca falei na dotação das obras, até porque, quando se fala em pôr uma obra, eu percebo isso tudo bem, aquilo que eu não percebo é, por exemplo, se existe um cronograma para a parte de aquisição de habitações, ponham o cronograma, não repitam os objetivos, porque isso é mau para as gerações vindouras um dia como a geração vindoura vá ver estes orçamentos, dirá "*o que é que eles andavam a fazer nesta altura"*.

Por último, só clarificar, eu giro, três empresas que são minhas, tenho três empresas, sou empresário e nunca, mas nunca na minha vida, disse que a responsabilidade de alguma coisa que sai mal da minha empresas é dos meus funcionários, é minha, e este orçamento não é da responsabilidade dos técnicos é dos políticos, é de nós todos, e nós temos que ter a vontade e o esforço de que saia aqui um documento com qualidade, mais simples, até, porque ele é tão confuso, que a minha intervenção foi tão confusa, que o Sr. Presidente até se enganou na explicação que é normal, eu admito isso, e, portanto, a única tentativa que nós fazemos é que saia daqui um documento com mais qualidade, mais fácil de atualizar, fazer *follow up* e que ganhemos todos com isso, só isso.

Muito obrigado, peço desculpa."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Patrícia Valente, um rodapé também."

A **Sra. Patricia Valente do PS:**

"É muito rápido.

Em primeiro lugar, a juventude não é só desporto, não é só ginásio, não é só piscina, de que fóruns e quais medidas de igualdade é que está a falar, e essas "Conversas sem Margens" à sexta-feira, são divulgadas onde? eu estou a ver aqui a página da juventude interativa, que é a rede social mais próxima aos jovens e não vejo aqui uma publicação a falar sobre isso nem a divulgar, portanto, como é que essas relações que existem e bem, o Instagram é rede social que os jovens mais usam e não está cá nada, portanto, de que é que vale ter e depois não está lá divulgar.

O período de exames já começou há quase um mês, e eu não vejo alargamento nenhum das bibliotecas. Qual é o horário da Biblioteca de Palmela, do Pinhal Novo, dos Polos? O que vejo no site da Câmara é terça a sexta das dez horas às dezanove horas, sábado das catorze horas às dezanove horas, isto exatamente o horário que estava, não há aqui nenhum alargamento e os exames já começaram, e vão perdurar durante o mês de janeiro.

Terminei."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Um rodapé, Sr. Presidente faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Esse esse alargamento é feito se houver efetivamente pretensões e se as pessoas se manifestarem, a questão é que a gente fala aqui em abstrato de algumas questões como se fossem um problema, eles não são um problema.

Nós alargamos isso noutros anos e já em mandatos anteriores quando houve, de facto da parte dos nossos técnicos e funcionários, o reporte de que havia jovens que queriam prolongar o trabalho, visitas de estudo, etc. etc. e isso também veio uma vez aqui a reunião de Câmara, era o Sr. Vereador que tinha a área na altura e nós fizemos isso. Neste momento, não há essa procura."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito bem, muito obrigado.

Estamos no ponto dois da ordem de trabalhos, vamos votar?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Esqueci-me de dizer também, quando diz que não há um capítulo para a juventude…"

O Sr. Presidente da Mesa:

"Sr. Presidente, estávamos a começar a votação."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Há aqui uma coisa importante, é que está um capítulo que se chama juventude interativa no próprio corpo do orçamento e que tem um conjunto de ações, é só para recordar este aspeto."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Então votamos por favor."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com onze votos a favor da CDU, cinco votos contra (três do PPD/PSD, dois do CH) e catorze abstenções (nove do PS, quatro do MCCP, e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Ponto três, Sr. Presidente de Câmara, Mapa de Pessoal para o ano de 2023 e Revisão ao Regulamento Interno de descrição de Funções e Tarefas."

PONTO TRÊS – Mapa de Pessoal para o ano de 2023 e Revisão ao Regulamento Interno de descrição de Funções e Tarefas

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Esta é uma proposta que tem que acompanhar também o orçamento é um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica, sendo uma ferramenta previsional com vigência temporal anual acompanha, de facto, a proposta de Orçamento Municipal, porque aquilo que está previsto para as despesas de pessoal tem

que estar de acordo com o mapa. A presente proposta tem em consideração o novo paradigma operado pelo Decreto-Lei nº 21/2019, de 3/1, que concretize a transferência de competências para os municípios na área da educação e consequente internalização todo o pessoal não docente afeto aos três agrupamentos de escolas e escolas secundárias do concelho de Palmela, integradas na rede pública que ascende a um rácio de quase trezentos efetivos.

Por seu turno, na transferência de competências do Município para as Freguesias, em consonância com os autos de transferência aprovados, quatro trabalhadoras, providas na carreira de assistente operacional, transitaram para os mapas de duas Freguesia do concelho, a partir de 29/10/2022, haverá mais algumas que ainda irão, mas à data da elaboração deste documento ainda isto não era claro.

A proposta para 2023, consagra a previsão de mil quatrocentos e cinquenta e um postos de trabalho, dos quais mil duzentos e oito, se encontram ocupados e duzentos e trinta vagos - alguns destes vagos setenta e nove estão cativos para salvaguarda de provimento nas respetivas categorias de origem de trabalhadoras/es que se encontram, atualmente em regime de mobilidade intercarreiras/intercategorias, ou em comissão de serviço no caso dos dirigentes, períodos experimentais e mobilidades na categoria em outras entidades públicas.

Os postos efetivamente vagos a criar, visam fazer face a necessidades prementes de recrutamento, a efetivar no âmbito de procedimentos concursais, alguns deles a tramitar e outros a desencadear, com recurso também ao instrumento da mobilidade na categoria com o objetivo de suprir necessidades permanentes de serviço existentes e outras que se antecipam face à eminente transferência de competências.

Por seu turno os 15 postos de trabalho a criar na carreira de assistente operacional, afetos à Divisão de Educação, constitui uma reserva supletiva, especificamente destinada a suprir necessidades pontuais, sinalizadas pelos estabelecimentos de ensino, de substituições temporárias de pessoal, tivemos necessidade de fazer esta outra previsão para este tipo de contrato porque nós não costumamos fazer este tipo de contrato mas face a esta nova realidade também criamos aqui uma lista e a possibilidade de abrir concurso para esse efeito.

Durante o ano de dois mil e vinte e dois, efetivou a mobilidade interna na categoria de dezoito trabalhadoras/es, bem como três mobilidades intercategorias, precedidas obviamente da concordância dos respetivos trabalhadores.

No município o Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas, encontra-se em vigor desde janeiro de dois mil e doze procedido de aprovação da Assembleia em dois mil e onze, já foi objeto de duas revisões no último biénio, assinala-se que o regulamento interno descrição de funções e tarefas referentes aos postos de trabalho constantes no mapa de pessoal que se anexa constitui também um instrumento importante de suporte à gestão integrada dos recursos humanos com impacto nas diversas valências.

Vamos ter que proceder novamente a revisão deste regulamento face também ajustamentos ou a ser funções de várias áreas de trabalho, pois decorrem ainda de imperativo legal para efeito de reconhecimento a atribuição do suplemento remuneratório com fundamento em exercício de funções condições de penosidade insalubridade a trabalhadores integrados na carreira de assistente operacional, a necessidade do mapa de pessoal conter a caracterização dos postos de trabalho das áreas funcionais elegíveis para o efeito, que são aquelas que a legislação permite em nosso entender, devia permitir outras, e isso tem-nos de escusada aí muitas questões, mas para já, coma mexida legislativa que houve, diz aqui quais são as divisões e quais são as ações em concreto que estão sujeitas a possibilidade de atribuição deste outro subsídio.

Grosso modo é esta apresentação genérica do documento, pois tem os mapas, se houver alguma dúvida, estamos ao dispor e nomeadamente o nosso Diretor de Recursos Humanos para nos ajudar na compreensão do mesmo se for caso disso.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Intervenções sobre o Mapa de Pessoal?

Paulo Jorge, Partido Socialista."

O **Sr. Paulo Jorge Santos do PS:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

A bancada do Partido Socialista considera este mapa de pessoal um documento de gestão organizativa do próprio município, de caráter interno, e dessa forma a intenção de voto será de abstenção.

Queríamos só fazer aqui uma referência à votação dos Srs. Vereadores que parece que há ali um lapso, em vez de estar na coluna de presenças, acabam por votar contra e a favor e a abstenção, julgamos tratar-se de um lapso.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Carlos Valente, MCCP."

O **Sr**. **Carlos Valente do MCCP:**

"Muito obrigado Sr. Presidente.

Uma das de notas que ia dizer era esta questão do lapso.

Eu fiz uma análise desde dois mil e treze e de facto, dei conta que se retiramos o dois mil e vinte e três, porque agora tem um grande acréscimo trabalhadores devido à transferência de competências na área da educação, se comparar-mos dois mil e treze em número de trabalhadores com o dois mil e vinte e dois, temos mais ou menos o mesmo número de trabalhadores ocupados, ou seja, cargos ocupados, mas de dois mil e treze até dois mil e vinte e dois, crescemos em lugares vagos, aqui não cativos e cativos, eu sei que os cativos tem a ver com mobilidade, mas entre cativos e não cativos, passamos de vinte e quatro em dois mil e treze, sempre a crescer até duzentos e dois em dois mil e vinte e dois, e agora passa para duzentos e trinta, sendo que destes duzentos e trinta, cento e cinquenta são não cativos, portanto, não são da parte da mobilidade, o que, me leva a perguntar primeiro; qual é a razão e segundo; por exemplo, como temos alguma dificuldade na fiscalização, nomeadamente ao nível da limpeza e tudo mais, há aqui oito lugares de fiscais vagos desde dois mil e vinte e um, portanto, eles têm vindo a crescer e agora, por exemplo, técnicos superiores também continuam a crescer já são quarenta e dois e, portanto, gostaria que me explicassem isto.

Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção para o mapa de pessoal?

Não existindo Sr. Presidente de Câmara esta questão se faz favor."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Muito obrigado pela questão, ela de facto, é pertinente e permite aqui uma explicação, estas curvas descendentes e ascendentes nós viemos de um período de má memória e que ainda durou depois de alguns anos, depois de ter havido uma nova governação que implicou a suspensão dos recrutamentos, a redução do número de trabalhadores, a estagnação das despesas com pessoal, a partir daí, obviamente, temos estado a tentar colmatar essas ausências de pessoal em vários setores, passámos a não ter limitações de natureza financeira para fazê-lo, mas, de facto, temos tido algumas dificuldades na contratação.

No caso dos fiscais em concreto, havia problemas até com a habilitação para a função, isto são questões que ficaram por resolver durante muitos anos, que é necessário também um curso específico etc., mas ainda assim seja aberto a mobilidade vindos de outros serviços, fizemos três concursos, não conseguimos recrutar ninguém.

Isso tem acontecido com eletricistas, com motoristas, com engenheiros, tem sido muito, muito, difícil, não há quase setor nenhum onde não tínhamos tido algumas dificuldades de ter candidatos com habilitações e com condições para a função com exceção dos concurso de assistentes técnicos e alguns de assistentes operacionais mais indiferenciados e que, mesmo assim, passadas as provas o número de candidatos em condições de ser admitidos é sempre muito reduzido e, portanto, nós estamos até num ano, eu creio que foi o ano em que batemos todos os recordes, nunca fizemos tantos procedimentos concursais e prevemos para o ano manter este ritmo até porque alguns concursos não deram resultado e vamos ter que repeti-los, sempre que possível.

Estamos a tentar aliciar gente de outros locais da administração que venha o mais rapidamente, já tenho queixas de alguns municípios vizinhos e de outros sítios que nós andamos a ir buscar gente a outros municípios, nós não, as pessoas também têm direito, enfim, a fazer outras opções na sua vida, mas não está fácil.

Mas temos que manter no mapa estes lugares vagos, não só, para podermos ter a possibilidade de desenvolver os procedimentos para aquilo que necessitamos e, por outro lado, porque também temos pessoas em comissões de serviço, e em mobilidade, quando deixarem de estar, esses lugares têm que estar reservados para eles e é essa a diferença que também existe entre os que efetivamente estão cativos e aqueles que falta preencher e a dificuldade que tem que ver com a falta de candidatos."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Vamos votar o Mapa de Pessoal para o ano de 2023 e a Revisão ao Regulamento Interno de Descrição e Tarefas."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com quinze votos a favor (onze da CDU e quatro do MCCP) e quinze abstenções (nove do PS, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto quatro, Doação a Domínio Público do Município do prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o nº 8454/20220912, da Freguesia de Pinhal Novo, Sr. Presidente se faz favor."

PONTO QUATRO – Doação a Domínio Público do Município do prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o nº 8454/20220912, da Freguesia de Pinhal Novo

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"A proposta é clara, trata-se da requerente que é proprietária daquele prédio, que pretende ceder para domínio público estes duzentos e oitenta vírgula noventa e cinco m^2 na localização e com o registo ali referido, nascente com terreno da própria requerente e a norte com a Rua Luís de Camões (EN252), o que se propõe é que a Assembleia possa deliberar esta aceitação da cedência para procedermos à celebração da escritura.

Esta doação afigura-se-nos essencial para conferir ali uma maior e melhor mobilidade na sequência de um investimento feito naquele local, que vai permitir, não só a criação de uma bolsa de estacionamento como uma outra circulação de entrada e saída na nacional em segurança e, de acordo com aquilo que foi imposto pelas próprias infraestruturas de Portugal e, portanto, na prática, devo dizer, esse troço de terreno chegou a ser inclusivamente, calcetado pelo município, há muitos anos na presunção de que até já era público, efetivamente tinha uso público, mas, em termos de registo, mantinha-se na propriedade da requerente e, portanto, fica

regularizada a dominialidade, fica facilitada a circulação e um acesso à bolsa e parque de estacionamento desta unidade comercial."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, sobre a doação alguma nota que queiram ter?

Carlos Vitorino PSD."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

"Era uma coisa simples apenas da localização, portanto, será onde é o *Burger King*, que se vai abrir."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sim."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Paulo Jorge faz favor, Partido Socialista."

O **Sr. Paulo Jorge Santos do PS:**

"Em relação aqui ao ponto quatro, tendo em conta o conteúdo do documento apresentado, isto é doação a domínio público do prédio aí descrito, confinante poente e sul com o prédio onde se localiza a pretensão de construção do estabelecimento de restauração e bebidas no caso, *Burger King* e como resulta do documento é de grande interesse do município por permitir um acesso indireto ao referido estabelecimento e dada a sua localização e público estimado, permitirá uma melhoria do tráfego existente. Com tudo, a bancada do Partido Socialista tem algumas dúvidas sobre a referida melhoria do tráfego dado tratar-se de uma localização poderá vir a ficar extremamente congestionada com a construção do estabelecimento, mas, e uma vez que essa construção será uma realidade, considera-se a doação, algo de enriquecimento para o município e nessa medida votar-se-á proposta de doação favoravelmente.

Disse."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado, mais alguma intervenção neste ponto? Não?

Votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Ponto cinco, Revisão do regulamento da Rede de Bibliotecas Públicas do Município de Palmela, Sr. Presidente se faz favor."

PONTO CINCO – Revisão do regulamento da Rede de Bibliotecas Públicas do Município de Palmela

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito sucintamente, após aprovação, em reunião de Câmara, foi submetida a consulta pública. Não se registaram grandes propostas de melhoria, houve pequenas afinações internas que também não alteraram substancialmente o documento e, portanto, o que se propõe é que a assembleia possa aprovar este regulamento e que o projeto de regulamento dado que já tinha estado em consulta pública prévia seja dispensado. Não o que eu quero dizer, isto é a proposta feita a câmara era uma vez que já tinha a vida é que a pública que fosse imediatamente para a assembleia e, pronto, o resto é uma questão de conteúdo que tiveram oportunidade de analisar."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.
Sobre este ponto da ordem de trabalhos intervenções?

Não havendo votamos, Revisão do regulamento da Rede de Bibliotecas Públicas do Município de Palmela."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Chegámos ao fim da nossa sessão ordinária de ontem, dia quinze, já no dia dezasseis, desejo a todos um Santo Natal e um excelente dois mil e vinte e três, e convido os para mais um bocadinho bolo rei, muito obrigado."

Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas uma hora e treze minutos do dia dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois, da qual se lavrou a presente ata, que eu**, Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa**, na qualidade de Primeira Secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos dezasseis dias de dezembro de dois mil e vinte e dois.

O Presidente

José Carlos Matias de Sousa

A Segunda Secretária

Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa